

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE TEORIA E PRÁTICA DA EDUCAÇÃO
CURSO PEDAGOGIA

CELINE ROSSI PARRA

ANÁLISE SOBRE A RELAÇÃO ENTRE A DEPRESSÃO INFANTIL E SUAS
IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS NA LITERATURA ACADÊMICA (2008-2018)

MARINGÁ
2019

CELINE ROSSI PARRA

ANÁLISE SOBRE A RELAÇÃO ENTRE A DEPRESSÃO INFANTIL E AS
IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS NA LITERATURA ACADÊMICA (2008-2018)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para aprovação na disciplina *Trabalho de Conclusão de Curso*, do curso de Pedagogia, da Universidade Estadual de Maringá.

Orientação: Profa. Dra. Aline Frollini Lunardelli.

MARINGÁ

2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pela Sua vontade suscitada em minha vida, por toda força e alegria. A Ele, toda glória, por este trabalho, por todas as coisas que se passaram e as coisas que ainda virão.

Agradeço aos meus pais, pelo incentivo à educação e por todo amor e dedicação que me garantiram conforto e felicidade no meu crescimento.

Agradeço ao meu, agora, marido, mas sempre melhor amigo, confiante de todas as horas; por me apoiar em toda decisão e zelar pelos meus sonhos, como se fossem seus. Também por estar sempre ao meu lado, tanto em tempestades quanto em calmarias.

Agradeço às minhas amigas pelas manhãs tediosas transformadas em manhãs divertidas e leves, e por compartilharem comigo tantas experiências, risadas, abraços e conselhos.

Também aos professores que se preocuparam realmente e se dedicaram com meu crescimento intelectual, mental e profissional, servindo como inspirações inesquecíveis na Educação. Em especial, à professora Aline, pela orientação neste trabalho e pelas contribuições em todas as outras etapas do percurso acadêmico. Também pela sua paciência, encorajamento, força e exemplo.

Teus ombros suportam o mundo
e ele não pesa mais que a mão de uma criança.
As guerras, as fomes, as discussões dentro dos edifícios
provam apenas que a vida prossegue
e nem todos se libertaram ainda.

(Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral investigar como a depressão infantil no ambiente escolar é debatida na literatura acadêmica, nos últimos dez anos (2008-2018). Para tanto, definem-se como objetivos específicos identificar as temáticas abordadas nas revistas da área da educação e da psicologia sobre a depressão infantil em relação à escolarização, analisar como as produções científicas descrevem a relação entre a depressão infantil e suas implicações no ambiente escolar, e averiguar a existência de contribuições científicas que consideram em que medida a escola pode promover e/ou prevenir sintomas depressivos. Através de uma pesquisa do tipo bibliográfica, realizamos a análise de 12 artigos, encontrados na base de dados *Scielo*, utilizando como referencial teórico os estudos de Patto (1977, 1981, 1984, 1996, 1997, 2010, 2012), Moysés e Collares (2011) e Kamers (2013); os quais nos garantem suporte teórico para refletir sobre a psicologização da educação, que se manifesta como determinista, biologicista, naturalizante e psicométrica. Como resultados de nossa análise, identificamos, nos artigos, discursos sobre a depressão infantil que nos levam a compreender que esta seja vista como um problema sempre externo, extrínseco e alheio ao ambiente escolar e ao processo de escolarização, mesmo que se percebam as influências da doença no processo de aprendizagem e nos níveis de rendimento escolar, e que cada vez mais cresça o número de crianças e adolescentes diagnosticados com o transtorno. Tais discursos fazem pensar e questionar sobre o modo como se vê o aluno doente e como têm se realizado as pesquisas sobre a depressão infantil e a sua relação com as implicações pedagógicas. Conclui-se que há necessidade de a escola atentar-se para este problema que cada vez mais adentra o espaço escolar, através de maior incentivo ao estudo científico sobre a depressão infantil e a construção de um olhar humano e pedagógico sobre a relação entre a depressão infantil e a escola.

Palavras-chave: Depressão Infantil. Educação. Prática pedagógica. Escolarização. Psicometria.

ABSTRACT

The present study intends to investigate how childhood depression at school environment has been debated in academic literature in the past ten years (2008-2018). In order to do so, the main goal is to identify the topics discussed in educational and psychological journals about childhood depression and its relationship with schooling, to analyze how the scientific productions describe the relationship between childhood depression and its implications on the school environment, and to ascertain the existence of scientific contributions that consider whether school can promote and / or prevent aggressive symptoms. After a bibliographic research, an analysis of twelve articles was performed, found on the Scielo database, using the theoretic referential the Patto's studies (1977, 1981, 1984, 1996, 1997, 2010, 2012), Moys's and Collares's (2011) and Kammers's (2013); which guarantee theoretic support to think about the psychologization of education, which manifests as determinist, biologicist, naturalizing and psychometric. As a result of that analyzes, it is possible to identify, in those articles, speeches about childhood depression that lead to understand that it is always perceived as an external, extrinsic and unrelated to the school environment problem, as well as the schooling process, even though its clear influences on the learning skills and on the school performance, and that more and more children and teenagers are being diagnosed with the disorder. Those speeches induce questioning about the way that the affected student is perceived, and on the methods of research on childhood depression and its relation with the pedagogical implications. It is possible to conclude that there is a need that the school pay attention to that problem that each day becomes more and more present on the school environment, and encourage the scientific studies on childhood depression and the building of a human and pedagogical view on the relationship between childhood depression and schooling.

Keywords: Childhood Depression. Education. Pedagogical Practice. Schooling Psychometrics.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 O CONHECIMENTO ACUMULADO SOBRE A DEPRESSÃO INFANTIL NA LITERATURA ACADÊMICA	18
3 A DEPRESSÃO INFANTIL E O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO NUMA PERSPECTIVA CRÍTICA SOBRE A PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	25
4 METODOLOGIA	35
4.1. CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	35
4.2. PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	36
4.3. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS	37
5 ANÁLISE SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE A DEPRESSÃO INFANTIL E AS IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS ENCONTRADAS NOS ARTIGOS	39
5.1. CARACTERIZAÇÃO DOS ARTIGOS ANALISADOS	43
5.2. TEMÁTICAS ABORDADAS NAS REVISTAS NACIONAIS SOBRE A DEPRESSÃO INFANTIL EM RELAÇÃO À ESCOLARIZAÇÃO	55
5.3. COMO AS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS DESCREVEM A RELAÇÃO ENTRE A DEPRESSÃO INFANTIL E SUAS IMPLICAÇÕES NO AMBIENTE ESCOLAR	60
5.4. EXISTÊNCIA DE CONTRIBUIÇÕES CIENTÍFICAS QUE CONSIDEREM EM QUE MEDIDA A ESCOLA PODE PROMOVER E/OU PREVENIR SINTOMAS DEPRESSIVOS	65
5.5. APONTAMENTOS SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE A DEPRESSÃO INFANTIL E A ESCOLA ENCONTRADAS NA ANÁLISE	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS.....	73
FONTES CONSULTADAS	76

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como temática a relação entre a depressão infantil e suas implicações no processo de escolarização, e como finalidade investigar de que modo a depressão infantil no ambiente escolar tem sido debatida na literatura acadêmica, através da análise de revistas brasileiras da área da educação e da psicologia produzidas nos últimos dez anos.

Considerando-se que o ambiente escolar está imbricado em relações e práticas sociais das quais se espera consolidar o papel da Educação, inúmeras podem ser as possibilidades de vezes em que as dificuldades de escolarização perturbaram e movimentaram os atores sociais da instituição escolar, em prol da melhor qualidade de ensino. Acontece que, também por vezes, a maneira com que a escola lida com essas dificuldades se torna tema de discussões e debates no cenário educacional, de forma que práticas pedagógicas sejam repensadas. É neste exercício que esta pesquisa se fundamenta, na possibilidade de compreender como a depressão infantil no ambiente escolar tem sido debatida em relação à escolarização e às práticas escolares.

A compreensão da sociedade em geral acerca do fenômeno da depressão tem sido discutida e popularizada cada vez mais entre os meios de comunicação, seja nas revistas, nos jornais, nos filmes, nos livros ou na *Internet*. Isso porque tal fenômeno vem acontecendo e sendo percebido, há anos, com cada vez mais frequência, atingindo qualquer tipo de pessoa ou grupo social. Tanto é que a depressão é hoje chamada, tanto no senso comum quanto no meio científico, mesmo que não por todos, de “mal do século”. Sendo assim referida, fica inegável seu destaque na realidade do dia a dia.

Na sociedade, o assunto é tido, por um lado, com olhar preconceituoso, indiferente ou ignorante, pela perspectiva de quem não conhece a gravidade da situação e nem reconhece o fato como uma doença, um transtorno. Moreira e Telles (2008, p. 236) coletaram em um estudo experiências de pessoas depressivas e afirmam que há um estigma relacionado à incompreensão ou compreensão negativa da depressão,

[...] levando a pessoa que tem depressão a se sentir temerosa de ser taxada como louca, ou, em outros casos, desacreditada,

incompreendida; em ambos os sentidos, a pessoa se sente desvalorizada, inferiorizada, estigmatizada [...], como se fosse uma decisão da própria pessoa, ou mesmo como se estar deprimido fosse ser preguiçoso (MOREIRA; TELLES, 2008, p. 236).

Por outro lado, a depressão também pode ser vista como um assunto que exige mais compreensão, discussão e atenção, quando diagnosticada, podendo ser significativa no que se pode evitar quanto ao fenômeno do suicídio. Batista, Moreira e Carlotto (2013, p. 258) defendem que:

Perante o crescente aumento de casos de depressão diagnosticados, estudar esta patologia passa a ser uma necessidade dentre aqueles que trabalham com a saúde mental. Considerada o mal do século e a quarta causa mundial de adoecimento, a depressão aparece através de várias faces, atingindo todo tipo de cultura, faixa etária e classe social (Aros, 2008). Nakamura e Santos (2007) referem que, no ano de 2020, ela será a segunda maior causa de doenças, perdendo apenas para as patologias cardíacas. Siqueira (2005) destaca a gravidade do problema referindo-se a uma epidemia de deprimidos, provocada pela falta de espaço para a singularidade do indivíduo e por uma cultura homogeneizada.

Também a mídia tem se posicionado nos últimos anos acerca da depressão, buscando a contribuição de especialistas da área da saúde, para expor informações, depoimentos, alertas ou exemplos do que a sociedade tem feito em prol do conhecimento sobre a doença e das pessoas que sofrem dela. *Ansiedade e depressão: campanha pretende aumentar empatia entre as pessoas*, este é título de uma matéria publicada no site *O Estado de São Paulo* por Camila Tuchlinski, no dia 21/03/2019, que aborda a campanha chamada *Pode Contar*. A partir da capacidade de empatia, a campanha espera alcançar a conscientização e a quebra de paradigmas e preconceitos sobre a doença e estimular que pessoas que tenham tristeza profunda sintam-se confortáveis em compartilhar suas experiências¹.

Também há, pela *BBC News Brasil*, um exemplo de como pessoas depressivas que moram em periferias têm enfrentado o estigma em relação ao transtorno:

‘Existe um clichê na mente das pessoas que quem tem doença psicológica não é são, não tem equilíbrio. Por isso demorei tanto para assumir que estava doente’ diz o rapper baiano Baco. [...] A visão da depressão como ‘frescura’, como algo ao qual o pobre não tem direito,

¹ Disponível em: <https://emais.estadao.com.br/noticias/bem-estar,ansiedade-e-depressao-campanha-pretende-aumentar-empatia-entre-as-pessoas,70002763217>. Acesso em: 11 abr. 2019.

foi muito citada pelos entrevistados ouvidos pela reportagem (BBC News Brasil, 2018)².

De acordo com Metr opolis (2019)³, Maísa Silva, que   apresentadora e uma das adolescentes mais seguidas nas redes sociais do Brasil, vivenciou e protagonizou um fato recorrente a respeito da depressão, a confusão entre um sintoma da doena e a própria doena. No dia 05 de abril de 2019, ao perceber que sua publicao contando que se sentia triste naquele momento sem um motivo aparente acabou causando uma discussão sobre sua saúde mental entre os internautas, afirmou que o fato de estar triste não pode diagnostic -la com depressão, que o assunto   sério e responsável demais para reduzi-lo a uma tristeza passageira.

Ademais, as redes sociais e as tecnologias da informao e comunicao (TICs), em geral, são associadas à depressão como um meio de auxílio a pessoas depressivas, mas também como causa do transtorno. Como se pode ver, por exemplo, na reportagem *Instagram oferece ajuda para usuários com ansiedade e depressão: Ao pesquisar hashtags relacionadas aos transtornos, usuário é direcionado para o Centro de Valorizao da Vida e pode receber dicas de saúde mental*⁴, publicada por O Globo, em 19/03/2019, e no artigo *As emooes em modo avião: a depressão provocada pelas tecnologias de informao e comunicao (TICs)*, de Rosa et al (2019).

  também na m dia que se expõem notícias como forma de alerta   sociedade: *Depressão será a doena mental mais incapacitante do mundo até 2020*⁵ (O Estado de S. Paulo, 2018), *Depressão deve ser prevenida a partir da infância, dizem especialistas*⁶ (Exame, 2018), *Os sinais que podem identificar depressão nos adolescentes*⁷ (BBC News Brasil, 2019), e *Depressão cresce no mundo, segundo OMS; Brasil tem maior prevalência da América Latina*⁸ (Globo, 2017).

² Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-44400381>. Acesso em: 11 abr. 2019.

³ Disponível em: <https://www.metropoles.com/saude/maisa-diz-que-esta-triste-e-depressao-vira-tema-no-twitter>. Acesso em: 11 abr. 2019.

⁴ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/instagram-oferece-ajuda-para-usuarios-com-ansiedade-depressao-23533674>. Acesso em: 11 abr. 2019.

⁵ Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/noticias/bem-estar-depressao-sera-a-doenca-mental-mais-incapacitantes-do-mundo-ate-2020.70002542030>. Acesso em: 11 abr. 2019.

⁶ Disponível em: <https://exame.abril.com.br/ciencia/depressao-deve-ser-prevenida-a-partir-da-infancia-avaliam-especialistas/>. Acesso em: 11 abr. 2019.

⁷ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-46965090>. Acesso em: 11 abr. 2019.

⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/noticia/depressao-cresce-no-mundo-segundo-oms-brasil-tem-maior-prevalencia-da-america-latina.ghtml>. Acesso em: 11 abr. 2019.

Mesmo que o fenômeno possa ser encarado com olhar preconceituoso, carregado de juízos de valor pejorativo que caracterizam a pessoa atingida pela depressão como “dramática”, “louca”, “preguiçosa”, entre outros adjetivos, em algum momento as pessoas se deparam com casos dentro da própria família, do bairro ou comunidade, dentro da sua instituição de ensino ou de trabalho que a princípio assusta, escandaliza e desestrutura pensamentos e opiniões, inevitavelmente.

Destarte, os acontecimentos e as circunstâncias ao redor da depressão instigam o pensamento, a curiosidade e a reflexão, inerentes ao ser humano. Assim, não é representada apenas como objeto de estudo e preocupação da área da saúde e das ciências humanas, mas também das ciências sociais e da sociedade civil em geral e em cada um de seus setores (por exemplo, setor do trabalho, da educação, da política etc.).

Segundo Huttel *et al* (2011), a história da popularização da conceituação e do tratamento da depressão mostra que por vezes ela já foi desconhecida, ignorada, confundida, despercebida, reconhecida, analisada sob diversas linhas teóricas e até hoje o estudo acerca dela permanece em movimento diante das produções científicas e das repercussões das suas incidências e consequências na vida cotidiana, na vida social ou podendo ser vistas através de notícias.

De acordo com Guertzenstein (1989 *apud* HUTTEL *et al*, 2011), os primeiros registros clínicos e doutrinários que teriam sido feitos acerca dos comportamentos semelhantes aos depressivos encontram-se na *Bíblia*, no livro de Jó (1500 a. C.) e em escritos de Hipócrates (460-370 a.C.). A definição do termo “depressão” por muito tempo esteve ligada ao que se conhecia por melancolia, assunto que teve seu auge dentre os estudiosos por volta do século XIX, e a separação dessa associação foi acontecendo aos poucos até que os dois termos fossem tratados distintamente, principalmente dentro do vocabulário médico/psiquiátrico.

Outrossim, faz-se necessário compreender o significado de melancolia. Conforme Barbosa, Macedo e Silveira (2011, p. 239-240),

A melancolia era atribuída ao rompimento da harmonia entre os quatro humores do organismo (bile negra, bile amarela, catarro e sangue) que em seu equilíbrio no organismo indicavam o estado de saúde, com predomínio da bilis negra (melanio chole). Para Freud a melancolia se caracteriza, em termos psíquicos por um abatimento doloroso, uma cessação do interesse pelo mundo exterior, perda da capacidade de amar, inibição de toda a atividade e principalmente a diminuição da

autoestima que se expressa em auto recriminações e ofensas a própria pessoa e pode chegar a uma delirante expectativa de punição

Segundo Lage e Monteiro (2007 *apud* HUTTEL *et al*, 2011), Philippe Pinel, no final do século XVIII, realizou a primeira tentativa de caracterizar os sintomas depressivos para além da definição do termo melancolia, através de observações e sistematizações. Ainda sobre a história por trás da definição da depressão, os autores afirmam que “Esquirol, seu discípulo, mais tarde empenhou-se em desenvolver descrições mais detalhadas e acabou por defini-la como um quadro comportamental de tristeza, abatimento, desgosto de viver, que se faz acompanhar de um delírio ou ideia fixa” (LAGE; MONTEIRO 2007 *apud* HUTTEL *et al*, 2011, p. 12)

A partir do primeiro Compêndio de Psiquiatria, escrito em 1983, por Emil Kreplin, o termo melancolia praticamente caiu em desuso, sendo definido o que passa a ser chamado de *psicose maníaco-depressiva*, caracterizada por uma alternância entre acessos depressivos (LAGE; MONTEIRO, 2007 *apud* HUTTEL *et al*, 2011).

Segundo Assunção (1992 *apud* HUTTEL *et al*, 2011), a depressão tem sido encontrada em crianças e adolescentes desde o século XVIII, mas foi só a partir da década de 1970 que o tema ganhou destaque nas discussões e investigações acadêmicas. Desde que o transtorno foi reconhecido pelo Instituto Nacional de Saúde Mental dos EUA (NIMH), em 1975, o interesse no meio acadêmico e no campo de investigação tem sido frequente. A sua conceituação, o seu diagnóstico e as suas diferenças em comparação com os sintomas da depressão em adultos são alguns dos enfoques da atualidade.

Existem duas linhas de pensamento sobre a depressão infantil: alguns teóricos a caracterizam como semelhante em relação à intensidade e tipo dos sintomas da depressão que ocorre com os adultos; a essa linha Fichtner (1997) é adepto; e outros teóricos, como Posnaski e Petti (1983 *apud* HUTTEL *et al*, 2011), a caracterizam como um transtorno que se diferencia de acordo com as especificidades das faixas etárias. Segundo estes últimos, “[...] a depressão no adulto e na criança não é comparável, pelo contrário, trata-se de entidades psiquiátricas completamente diferentes. Os sintomas são similares, mas o processo subjacente é diferente”. (POSNASKI; PETTI 1983 *apud* HUTTEL *et al*, 2011, p. 13)

Como já dito anteriormente, os sintomas depressivos, suas causas, consequências, agravamentos ou formas de tratamento manifestam-se como foco de

estudos, debates e discussões, mas, sobretudo, de preocupações. Acerca da depressão, é possível refletir, entre vários aspectos e temáticas, sobre tipos de relacionamento existentes em nossa sociedade, já que tanto a causa como o tratamento do transtorno podem ser ligados à interação entre sujeitos e o meio em que vive. Percebe-se que instituições e espaços da sociedade podem preocupar-se com a depressão, seja dentro de uma empresa, um hospital, uma igreja, uma família, uma escola ou uma universidade etc.

Por exemplo, em geral, observa-se que “a escola não sabe lidar com a depressão”, como ouvimos em um dos estágios realizados durante o curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá. O assunto certamente é conhecido em outras áreas, como na saúde e na psicologia, mas, se ele ganha força, agora, nos meios de comunicação (que, aliás, não alcançam toda a população), é questionável se o transtorno tem sido debatido como problema investigativo nos discursos educacionais acadêmicos efetiva e suficientemente; considerando que a depressão pode trazer prejuízos sérios ao desenvolvimento e à vivência do ser humano, fazendo-se ainda mais preocupante se ocorrida na fase tenra da vida que é a infância.

A preocupação tem seus motivos: segundo Caldearo e Carvalho (2005 *apud* FERNANDES; MILANI, 2010), o diagnóstico e o tratamento da depressão são limitados ao passo que nem sempre a criança consegue expressar o que sente de forma verbal ou clara, seja por sua pouca idade ou por uma característica de personalidade. De acordo com Miller (2003 *apud* FERNANDES; MILANI, 2010, p. 385),

[...] as crianças depressivas podem sofrer de quatro classes principais de dificuldades, que estão relacionadas ao pensamento, às emoções, ao comportamento e aos processos psicológicos. Os problemas com o pensamento podem ser: dificuldades de concentração, indecisão, sensação de inutilidade, pensamentos mórbidos e sentimento de culpa excessiva. Os problemas emocionais se apresentam em forma de abatimento, irritabilidade, interesse ou prazer reduzido nas atividades e falta de expressão ou variação emocional. As dificuldades comportamentais são percebidas na agitação ou na letargia, e as dificuldades psicológicas podem incluir muito ou pouco sono, falta ou excesso de apetite, fadiga e falta de energia.

Esses tipos de dificuldades podem ser sintomas da depressão, que por si só já são prejudiciais, mas também se mostram como obstáculos ao desenvolvimento

global da criança e à sua aprendizagem, bem como de suas expressões e vivências sociais.

Considerando a importância da atenção e da percepção de manifestações verbais e não verbais da criança, necessárias ao diagnóstico do transtorno, o comportamento na escola e o sucesso escolar podem representar formas de prevenção e/ou tratamento do referido. Observa-se que, assim como a criança pode apresentar alguns sinais de sua situação depressiva, o transtorno também pode trazer consequências para o desenvolvimento e para a aprendizagem. A escola se constitui como um espaço onde podem surgir sintomas, causas e também formas de tratamento e prevenção dele. Inegável é que o conhecimento acerca da depressão e seu diagnóstico são de fundamental importância para o profissional da educação e a instituição em si. Isso, não porque são eles quem tomarão devidos procedimentos médicos, psicológicos, psiquiátricos etc., mas sim porque são significativamente influentes num período tão longo quanto importante da vida do ser humano que é a fase escolar.

Ademais, deve-se considerar que essa fase, sendo uma das maiores e mais significativas experiências da vida, não seja palco apenas das manifestações, dos sintomas que podem ser observados. Mas que também seja um espaço onde o assunto desencadeie novas formas de gestão e ensino, estimule reflexões e discussões acerca do papel da escola e da educação, mobilize inovações, estudos e pesquisas a respeito da influência do sistema de ensino na saúde mental de seus alunos, bem como dos atores sociais existentes na instituição.

É por isso que esta investigação busca analisar as contribuições científicas escolhidas para o recorte de modo que haja percepção de problemas, impedimentos, benefícios, progressos, possibilidades, barreiras e desafios da produção acadêmica na área da educação acerca da depressão infantil e a sua relação com as práticas pedagógicas.

O interesse por esta temática surgiu em experiências do curso de Pedagogia, pela Universidade Estadual de Maringá, no qual a depressão e automutilação apareceram dentre uma das maiores dificuldades do trabalho pedagógico em um colégio estadual da cidade de Maringá, relatadas durante uma entrevista propiciada pela disciplina de Estágio em Gestão Educacional. No terceiro ano do curso, em outra disciplina, ela foi objeto de estudo selecionado por uma equipe para um trabalho que

propunha relacionar um tema contemporâneo e a educação, de forma que a depressão infantil se mostrou como um assunto novo, desconhecido e igualmente importante para nossa formação e nossa futura profissão.

A investigação representa um assunto relevante para a compreensão da sociedade em geral, incluindo educadores e pais, que buscam entender e encontrar respostas e soluções para as implicações decorrentes da depressão infantil no contexto escolar, mesmo que em pequena escala de aprofundamento e em consonância especificamente com a prática pedagógica referente a todo trabalho realizado no ambiente educacional.

Cientificamente, espera-se reunir conceitos e informações sobre o tema escolhido a fim de colaborar para o conhecimento e esclarecimento do professor/pedagogo a respeito da depressão infantil. Espera-se também analisar e refletir sobre as relações existentes, encontradas e abordadas nas áreas da educação e da psicologia, entre o transtorno depressivo e sua relação com as práticas e os processos intrínsecos ao cotidiano escolar.

Tendo em vista que a depressão infantil se manifesta e de muitas formas se relaciona com a educação, a pergunta de pesquisa que orienta este estudo é **Como a depressão infantil no ambiente escolar tem sido debatida na literatura acadêmica nos últimos dez anos?**

Como hipótese a esta pergunta, consideramos a possibilidade de que, na literatura acadêmica, a compreensão da depressão infantil tem sido mais debatida na área da saúde do que na área da educação e, quando abordada nessa última área, tem acontecido na perspectiva da avaliação diagnóstica de forma a não focalizar essa compreensão na relação entre implicações e práticas educacionais e pedagógicas e o desenvolvimento cognitivo, físico e afetivo do aluno depressivo.

Por isso, temos a finalidade de analisar produções científicas da área da Educação, prioritariamente, e da Psicologia, a fim de compreender como a depressão infantil tem sido debatida na literatura acadêmica nos últimos dez anos, principal e especificamente em relação às implicações e práticas pedagógicas que decorrem de sua ocorrência.

Para tal, tem-se para o desenvolvimento deste trabalho a proposta de uma pesquisa de tipo pura, descritiva e bibliográfica, que apresenta como **objetivo geral** investigar como a depressão infantil no ambiente escolar é debatida na literatura

acadêmica nos últimos dez anos, e como **objetivos específicos**: identificar as temáticas abordadas nas revistas da área da educação e da psicologia sobre a depressão infantil em relação à escolarização; analisar como as produções científicas descrevem a relação entre a depressão infantil e suas implicações no ambiente escolar; e averiguar a existência de contribuições científicas que consideram em que medida a escola pode promover e/ou prevenir sintomas depressivos.

Nas próximas seções do trabalho, são apresentados um levantamento bibliográfico sobre o assunto, o referencial teórico, a metodologia, os resultados da pesquisa e nossas considerações finais.

2 O CONHECIMENTO ACUMULADO SOBRE A DEPRESSÃO INFANTIL NA LITERATURA ACADÊMICA

Partindo do pressuposto de que a temática já tem sido investigada há um tempo, importante é para a realização desta pesquisa realizar um breve levantamento bibliográfico para que possamos compreender em que aspectos a depressão infantil tem sido relacionada com a escolarização e com a Educação, de forma geral, e por quem tem sido investigada. Sendo realizado este levantamento anteriormente ao processo de coleta de dados desta investigação, através de produções científicas encontradas em diversas bases de dados, como o *Scielo* e o Google Acadêmico, dentre outros; buscamos agrupar o conhecimento acumulado sobre a depressão infantil, ou seja, o que já se sabe sobre o assunto; de forma preliminar. Verificamos que podem ser encontradas algumas contribuições científicas a respeito. Vejamos a seguir.

Fernandes e Milani (2010, p. 381), por exemplo, realizaram uma revisão acerca da relação existente entre “[...] a depressão infantil, o julgamento que a criança faz de sua autoeficácia e o rendimento escolar, buscando compreender o impacto da depressão sobre o desenvolvimento da criança na área escolar”. Para isso, selecionaram artigos encontrados nas bases de dados LILACS e Scielo, no período de 1993 a 2008 e em livros de bibliotecas universitárias. A relação entre os objetos de estudo foi realizada graças ao fato já conhecido de que a depressão está associada ao desempenho escolar:

A queda no rendimento escolar pode ser considerada um sintoma significativo deste transtorno. O mecanismo através do qual a depressão infantil afeta o rendimento escolar passa por um processo em que a crença de autoeficácia da criança é prejudicada, ou seja, quando a criança está em processo depressivo ela não consegue acreditar no próprio desempenho, tendendo a apresentar baixo rendimento acadêmico, e a depressão pode ser agravada. (FERNANDES; MILANI, 2010, p. 381-382)

Os resultados encontrados decorrentes da investigação deram origem a dois tópicos abordados durante o estudo: *Depressão infantil e sintomatologia: a difícil tarefa diagnóstica*, em que os sintomas do transtorno foram desenvolvidos, sistematizados e classificados de acordo com a investigação, bem como as suas

implicações no desenvolvimento infantil e no desempenho escolar; e *A depressão infantil, o rendimento escolar e a autoeficácia*, o qual explica a ligação entre os três temas, chamando a atenção e a necessidade para mais atividades científicas a respeito do objeto de estudo do trabalho.

Huttel *et al* (2011, p. 11) realizaram um estudo intitulado *A depressão infantil e suas formas de manifestação*, em que objetivavam: encontrar concepções teóricas da Psicologia a respeito do conceito de depressão infantil, reunir dados em relação a esse transtorno, analisar suas formas de manifestação em crianças de até cinco anos de idade e a relação entre a criança depressiva e o adulto. Para que os objetivos fossem alcançados, definiu-se a realização de uma pesquisa de abordagem qualitativa, na qual um levantamento de dados foi possível através de questionários abertos destinados a uma amostra de vinte psicólogos clínicos, escolhidos de forma aleatória em quatro cidades localizadas no Paraná.

Na análise de dados obtidos, através dos questionários, foi possível identificar variadas formas de ver a depressão pelos profissionais, dependendo de sua abordagem teórica escolhida e do critério que utiliza para diagnosticar (entendendo alguns que os critérios são os mesmos tanto em adultos quanto em crianças ou que há critérios diferenciados em cada faixa etária). Também se notou que poucos profissionais dos questionados trabalharam com crianças; que há um baixo número de crianças que foram diagnosticadas com a depressão (devido ao fato de algumas abordagens não reconhecerem a depressão como causa principal de um problema e haver poucos casos); que as crianças são encaminhadas principalmente pelos pais, médicos ou professores; que as principais queixas das crianças se referem a problemas de comportamento e de aprendizagem; que os sintomas mais associados são a solidão, a tristeza, a baixa autoestima, o choro frequente e problemas de saúde; que há baixo número de casos de ideação suicida e que há urgência na necessidade de um maior debate sobre o assunto.

Cruvinel e Boruchovitch (2004), reconhecendo os efeitos negativos dos sintomas depressivos na aprendizagem, realizaram um estudo no qual avaliaram a relação entre os sintomas, o rendimento escolar e estratégias de aprendizagem de alunos do Ensino Fundamental, tendo como participantes dessa pesquisa cento e sessenta e nove alunos das três últimas séries do Ensino Fundamental I, estudantes de uma escola pública de Campinas-SP. Na investigação, são trabalhados

primeiramente os sintomas da depressão infantil e os diferentes tipos de estratégias de aprendizagem, relatando que pouquíssimos estudos foram feitos até aquele momento sobre a relação entre essas duas temáticas, principalmente quanto ao fato de que, segundo as autoras, tanto os sintomas interferem na utilização das estratégias de aprendizagem quanto as estratégias devem ser repensadas em relação ao aluno depressivo.

Os alunos participantes foram submetidos a perguntas e alternativas que auxiliariam no rastreamento de sintomas depressivos, conforme o Inventário de Depressão Infantil (CDI), e também à Escala de Estratégias de Aprendizagem, na qual cada "item" pode receber certo grau de frequência ou intensidade, devendo os alunos marcar "algumas vezes", "sempre" e "nunca".

Como um dos resultados, as pesquisadoras afirmam que a existência ou não da relação entre os sintomas depressivos e o rendimento escolar depende do que o professor pode entender por rendimento escolar, sendo variante tanto no aprendizado de português quanto no de matemática. De qualquer forma, a conscientização e o conhecimento do transtorno depressivo infantil por parte dos profissionais de educação e da escola se constituem como necessários, úteis ao diagnóstico e relevantes ao próprio ambiente escolar (CRUVINEL; BORUCHOVITCH, 2004).

Carmo e Silva (2009) realizaram uma pesquisa bibliográfica sobre a depressão infantil, seus sintomas e tratamentos e sobre o papel do professor diante de alunos depressivos, com o objetivo de investigar o conhecimento que os professores têm no que diz respeito ao transtorno, analisar a postura de médicos e psicólogos durante o tratamento da doença e levantar dados sobre a ocorrência dela numa escola pública.

Após um breve estudo sobre o conceito de depressão infantil, o tratamento e a sua relação com a educação escolar, as autoras também discorrem sobre a importância do professor no diagnóstico, devido ao seu conhecimento sobre o desenvolvimento infantil, que, ao perceber os sintomas depressivos em sala de aula, contata os pais e aconselha encaminhamentos médicos, a fim de que a família, a escola e os profissionais da saúde possam se integrar numa busca pelo tratamento mais eficaz.

Foram selecionados setenta e três alunos com idades de nove a doze anos e foram convidadas cinco psicólogas e um médico. Responderam ao formulário também cinco professoras da rede pública de ensino, e, levantando dados da incidência da

depressão, foi utilizado o CDI (Inventário da Depressão Infantil) como procedimento. Como resultado, constatou-se que dentro da amostra foram encontrados sintomas depressivos em alguns alunos, e que a observação de problemas emocionais dos alunos pôde ser relatada pelas professoras, mas os sintomas depressivos não foram definidos com clareza – tendo conhecido alguns destes através de palestras, pesquisas e durante o curso superior. Os resultados da investigação em relação aos profissionais da saúde restringiram-se a relatos pessoais, experiências no atendimento de crianças depressivas e a suas opiniões acerca da importância do conhecimento do professor em relação ao transtorno.

Caldearo e Carvalho (2005), por sua vez, realizaram uma pesquisa do tipo exploratório com objetivo de estudar formas de manifestação da depressão em crianças de três a dez anos de idade, dentro do contexto escolar e de saúde pública, em Paranavaí-PR, utilizando como técnicas entrevistas semiestruturadas com cinco pediatras, dois médicos, seis educadores e quatro coordenadores de creches, que auxiliaram no levantamento de dados sobre como os profissionais detectam as manifestações depressivas e também num estudo de caso com nove crianças.

Após uma revisão bibliográfica, identificando sintomas da depressão, possíveis causas e influências sobre o transtorno, apresentou-se o método de abordagem qualitativa e a compreensão psicanalítica que fundamentou o estudo de caso. Dentre esses procedimentos metodológicos, também foram utilizados a hora do jogo diagnóstica, desenhos-estórias e observações.

Em conclusão, Caldearo e Carvalho (2005) expuseram os resultados e discussões em relação ao estudo, no qual se percebeu que os sintomas descritos pelos profissionais coincidiam com os encontrados na literatura acadêmica, que os relatos mostravam como o diagnóstico é dificultado e como, ao mesmo tempo, dentro do ambiente escolar se configurava um espaço de possíveis percepções de sintomas depressivos.

A seguir, também discorreram sobre a experiência do estudo de caso, considerando que as crianças em sua totalidade apresentavam sinais e núcleos significativos do transtorno, das quais se sobressaltaram e se destacaram algumas crianças e suas histórias de vida e seus relacionamentos familiares. Reforçam, por fim, a importância da atenção de pais, educadores e profissionais da área da saúde às manifestações da criança, alertando-se que devem ser considerados os direitos

fundamentais de respeito à vida e à saúde da criança, para que possam ser garantidos o seu bem-estar físico, emocional e social.

Kupfer (2010), em seu texto intitulado *O sujeito na psicanálise e na educação: bases para a educação terapêutica*, esclarece uma visão diferenciada sobre a criança doente e a educação, afastando-se da ideia de que a escola está totalmente isenta de implicações na saúde mental e no desempenho escolar do aluno. A partir da percepção de que na conjuntura contemporânea o número de crianças de zero a três anos de idade que frequentam instituições de educação infantil tem aumentado, ela considera cada vez mais relevante o estudo sobre os cuidados dirigidos às crianças na primeira infância, de forma que possam diminuir de maneira significativa a incidência de transtornos mentais, tanto na infância quanto na idade adulta.

A autora entende que a concepção psicanalítica de sujeito difere da concepção de sujeito que existe na educação, mas que esta seria essencial na visão sobre os problemas de desenvolvimento da criança. É nessa diferença de noções do termo sujeito que está um dos únicos momentos em que a psicanálise e a educação se encontram, de acordo com Kupfer (2010), a partir do esclarecimento de que *sujeito* significa a manifestação livre do ser humano, a demonstração de sua singularidade, nas duas concepções. Através desse olhar, a escola pode se constituir como um espaço que será cada vez mais capaz de incluir crianças com transtornos ou distúrbios.

De acordo com Kupfer (2010), o sujeito da concepção psicanalítica pode ser usado como base em práticas educativas, das quais duas são destacadas pela psicóloga: a educação terapêutica e a educação para o sujeito. Segundo ela:

Essa noção poderá ainda colocar de outro modo, na cena educativa, a ideia de diferença e de singularidade, em oposição ao ideal do coletivo, do homogêneo, que domina o espírito de nosso tempo e domina nas escolas, em que pesem os esforços dos educadores preocupados com o sujeito livre (KUPFER, 2010, p. 272).

Essa noção é chamada de noção psicanalítica do sujeito do inconsciente, a partir da qual se estrutura a educação terapêutica, baseada numa percepção de que a escola tem buscado se tornar inclusiva, mas que não basta, para isso, “[...] pôr para dentro de seus muros uma ou outra criança diferente” (KUPFER, 2010, p. 273) e sim

ser um local de produção de mudanças profundas e estruturais que considerem a introdução da noção de diferença nos seus fundamentos educativos.

Cruvinel e Boruchovitch (2003), a partir do reconhecimento de que a incidência de sintomas depressivos em crianças em idade escolar tem tido sua taxa elevada ainda mais quando está associada a crianças com dificuldades de aprendizagem, objetivam rever criticamente a literatura existente acerca da depressão infantil, a fim de contribuir na compreensão que professores e educadores podem se utilizar ao tratar da relação entre o transtorno e o desempenho escolar.

Iniciam seu estudo discorrendo sobre a história da conceituação do termo da depressão infantil, abordando também a perspectiva da área psiquiátrica e os tipos de relações que têm sido debatidas e pesquisadas na literatura acadêmica. A seguir, identificam que grandes controvérsias sobre o tema têm relação com o diagnóstico da doença e consultam até mesmo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM IV (1994) e alguns modelos de depressão desenvolvidos até o momento, que seriam eles: o modelo biológico, o comportamental, o cognitivo e o psicanalítico. A partir deles, as autoras encontram em cada um as diferentes ênfases e suas formas de se relacionar com a aprendizagem.

Por conseguinte, as autoras analisam estudos epidemiológicos brasileiros sobre a incidência da depressão e investigam a relação entre a depressão infantil e o rendimento escolar dentro de outras produções científicas, citando diversos autores que se debruçaram sobre o tema. Ao fim da investigação, consideram que:

[...] os estudos descritos sugerem que crianças com dificuldades de aprendizagem e baixo rendimento escolar apresentam mais sintomas depressivos do que crianças sem dificuldades escolares. O declínio no desempenho escolar ocorre com muita frequência na criança deprimida e alguns autores sugerem que esse comportamento pode ser visto como um sinal ou um indicador de distúrbio depressivo (Bandim & cols., 1995). Os dados revelam ainda a complexidade do diagnóstico, a dificuldade de profissionais na identificação de ambos os problemas (depressão e dificuldade de aprendizagem) e a necessidade de um olhar cauteloso e crítico diante da criança, já que um diagnóstico incorreto implica em orientação, encaminhamento e intervenção inadequada (Colbert & cols., 1982) (CRUVINEL; BORUCHOVITCH, 2003, p. 82).

Identificando a importância de pais e professores obterem informações sobre a depressão infantil para que as dificuldades não sejam aumentadas e as sequelas

futuras agravadas, Cruvinel e Boruchovitch (2003) abordam algumas implicações educacionais, nas quais se percebe que a dificuldade de aprendizagem e os sintomas depressivos por vezes se confundem e, por isso, podem-se induzir intervenções inadequadas. Tais discussões seriam úteis e fundamentais no estabelecimento de implicações políticas e educacionais, preenchendo lacunas e dúvidas em favor da população brasileira. E, para isso, consideram que é necessário o desenvolvimento de mais pesquisas na área, uma maior sistematização dos dados conhecidos e uma tradução adequada das informações úteis à compreensão da relação entre a depressão e a aprendizagem para toda a população.

Todas as pesquisas descritas para esse primeiro e breve levantamento bibliográfico são produções realizadas por psicólogos, mesmo que relacionadas ao processo de aprendizagem, rendimento escolar ou ao ambiente escolar; e demonstram que o interesse pelas relações entre o transtorno depressivo e a educação se restringem ao fato de que a escola pode representar um lugar onde os sintomas depressivos se manifestam e onde o educador e demais profissionais da escola têm o papel de identificar, nem que seja de forma preliminar, sintomas e sinais do transtorno.

Algumas considerações podem ter sido feitas sobre como o professor deve tentar entender o seu aluno depressivo e buscar estratégias de aprendizagem que o favoreçam; mas, ainda assim, se configuram como formas de relacionar as temáticas deste estudo, ou seja, a depressão infantil e as suas implicações pedagógicas, pouco aprofundadas e geralmente bem amplas. É nesse sentido que as etapas desta investigação se mostram como desafios e se ampliam a seguir.

3 A DEPRESSÃO INFANTIL E O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO NUMA PERSPECTIVA CRÍTICA SOBRE A PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Neste trabalho, buscamos as contribuições de Maria Helena Souza Patto, pesquisadora na área da Psicologia da Educação e professora titular da Universidade de São Paulo (USP). Suas produções científicas são responsáveis, dentre outras coisas, por levantar questionamentos e críticas acerca da Psicologia e suas influências no processo de desumanização que o cenário escolar sofre e enfrenta, entre elas, a produção de seu próprio fracasso, tese construída pela autora em relação aos perturbadores problemas da escola pública brasileira.

Seus estudos mais referenciados estão em torno do chamado fracasso escolar e de sua relação com os mecanismos políticos mantenedores de desigualdade social. Mas segue-se também na linha teórica da autora investigações que buscam compreender e refletir criticamente sobre a história da Psicologia e a sua relação com a Educação e o processo de escolarização, bem como também estabelecer uma visão de Ciência que se afasta dos princípios de uma das vertentes e visões psicológicas, especificamente, uma Psicologia Psicométrica, a qual acaba por enxergar o sujeito como causador de seu próprio problema e de sua anormalidade, a partir dos padrões biológicos.

É essa visão crítica sobre as concepções da Psicologia, que serão mais esclarecidas no decorrer do texto, a qual serve de critério para que utilizemos a autora como referencial teórico, considerando que entendemos a depressão infantil como uma doença a qual pode ou não manifestar seus sintomas em forma de dificuldades de aprendizagem, e a escola como um ambiente que possui processos de escolarização que deveriam ser levados em conta na maneira como ela lida com os alunos depressivos, de forma que, pelo menos, questione-se a respeito de sua responsabilidade na produção e na continuidade de sintomas depressivos.

Portanto, afastamo-nos da ideia de uma relação entre a Psicologia e a Educação que acabe por psicometricamente diagnosticar alunos e responsabilizá-los por suas próprias dificuldades de escolarização e aprendizagem, isentando a escola da possibilidade de se questionar e de se transformar. Esta relação entre a educação e uma visão psicométrica da Psicologia manifesta-se em muitos dos discursos a serem ouvidos e falados em nossa sociedade, principalmente, dentro do cotidiano

escolar ou no diálogo entre a família e a escola; quando se posiciona diante de uma criança e de seus sintomas e/ou problemas de escolarização e de aprendizagem, de forma a compreender que não há o que se pensar ou se refletir sobre as relações em que a criança se insere – basicamente, não há o que se fazer; a não ser esperar que tal doença ou comportamento se extingue, fora do cotidiano escolar.

Seus estudos em torno do *fracasso escolar* têm como foco crianças de segmentos sociais excluídos dos direitos de cidadania, de forma que a linha teórica apresentada por Patto (1996), no livro *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*, compreende que a escola não considera a maneira como ela se relaciona com a subjetividade do aluno e nem leva em conta a maneira como este vive nos *extra-muros escolares*.

A questão que Patto (1996) levanta como denúncia é de que a participação ativa dos profissionais da educação e da psicologia tem papel fundamental na estigmatização e discriminação do aluno, na força dos estereótipos. De maneira que se torna cada vez mais difícil a tarefa da escola de reconquistar crianças e jovens, no contexto de uma política de escolarização em que todas as crianças devem estar na escola *versus* uma sociedade neoliberalista produtora de desigualdades sociais (PATTO, 1996).

Acontece que, para Patto (1984), a triste realidade da escola é produto de práticas diagnósticas que psicólogos têm executado no contexto escolar, que acabam por manifestar ou simplesmente “deixar à mostra” as raízes históricas da Psicologia Escolar que contribuem para a justificativa de uma sociedade fundada em desigualdades sociais e feita de sujeitos que podem ser encaixados ou não, incluídos ou não; por suas capacidades, habilidades e aptidões ou a falta destas. De forma que nessa disputa entre vencedores e perdedores, quem perde está reduzido a meras deficiências individuais. Nisto se encontra a patologização do fracasso escolar, a partir da qual se manifesta também a medicalização das dificuldades de escolarização.

O que Patto (1984) faz é, através de suas produções, defender uma atitude diferente da existente no país, andando na contramão de metodologias executadas pela Psicologia na escola, que têm buscado cada vez mais diagnósticos e resultados neutros e objetivos, através da ideia de que sujeito facilmente se torna objeto e que o que se pode fazer quanto a dificuldades de escolarização ou socialização seja a remoção de comportamentos disfuncionais.

A partir de um resgate histórico sobre a origem das concepções que norteiam a tendência mundial e, depois, nacional, da Psicologia Escolar de diagnosticar e classificar comportamentos disfuncionais, Patto (1996) afirma que depois que à escola passou a ser atribuída a tarefa de construir uma sociedade de classes igualitárias, a Psicologia Científica buscou explicar a mensuração de diferenças individuais a fim de compreender a reprovação escolar. E esta tornou por contribuir, assim, com a detecção científica de alunos normais e anormais, aptos e inaptos; e mais tarde com a eugenia – ciência que buscava o aperfeiçoamento e a evolução humana através do aprimoramento de espécies (PATTO, 1996).

Acontece que, com o aumento da demanda da escola dos países industriais capitalistas e com a expansão dos sistemas nacionais de ensino, surgiu um problema: a necessidade de explicar o rendimento (ou não rendimento) escolar e as dificuldades de aprendizagem. Diante deste, existiam vertentes científicas que compreendiam as aptidões humanas através de pressupostos elitistas e racistas e outras que consideravam as influências ambientais através de pressupostos liberais democráticos.

É nessa ambiguidade, de acordo com Patto (1996), que surge uma das características do discurso sobre os problemas de aprendizagem escolar e da própria política educacional, a partir do século XX, o qual o Brasil incorporou, ao se apropriar da influência de outros países, em que se restringe a explicação das dificuldades do processo de escolarização ao âmbito das disfunções psicológicas. Sob o olhar da Teoria da Carência Cultural, produz-se um discurso incoerente que reafirma a deficiência da clientela como a principal causa do fracasso escolar, passando-se a designar as crianças que não acompanham o ritmo padrão de aprendizagem como anormais escolares ou criança problema.

É esta questão que Patto (1984) se dispôs a repensar as relações entre a psicologia e a escola, entre a Psicologia e a ideologia, entre a política e a educação. De modo que se considere como a influência da Psicologia, engendrada num grande sistema de conformismo social, traz para dentro da escola termos positivistas de prever, medir e controlar a criança-aluno – transformada em objeto – e seus signos e gestos (PATTO, 1984).

É nesse ponto que as contribuições de Patto (1996) fazem refletir sobre as, sempre, mesmas falas acerca das dificuldades de aprendizagem e do rendimento

escolar; em que se considera muito as causas do aluno e pouco as causas da escola. Ao passo em que no interior da escola, mais especificamente, dentro da sala de aula e dentro do processo de ensino-aprendizagem se encontrem dois personagens: de um lado, o professor e a sua tarefa de ensinar, tentando fazê-la da melhor forma possível que sua formação e condição de trabalho oferecem; do outro, o aluno e as expectativas de seus pais quanto ao seu futuro e à sua educação. Em cena, estranham-se na tentativa de encontrar um sentido para seus relacionamentos e convívio, desencadeando nós sucessivos rumo ao fracasso escolar e a um mecanismo de rejeição onde “[...] a escola não aceita a criança *como ela é*, e a criança não aceita a escola *como ela funciona*” (PATTO, 1996, p. XI).

Mas como ela funciona? Majoritariamente, por meio de um discurso ideológico a privilegiar a classe social dominante, no qual os saberes por ele determinados como válidos e competentes, de forma que nada possa ser questionável, dissimulando e ocultando a realidade ao mesmo tempo em que se determinam também comportamentos, formas de conhecer e agir. Patto (1984, p.16) afirma que

[...] a escola cumpre um papel ideologizante, ou seja, através de uma imposição sutil, leva os educandos a adquirirem uma visão de mundo compatível com a manutenção da sociedade de classes; assim, ela está a serviço dos interesses dos grupos que, nesta formação social, monopolizam o poder econômico, social, político e cultural.

Segundo a autora, nesta relação entre a educação e a sociedade – mais especificamente o Estado –, concretizam-se ideias e planejamentos que buscam erradicar o problema do fracasso escolar, de modo a contribuir para que a visão da escola como instituição neutra e detentora de poderes e conhecimentos capazes de tornar a igualdade social real seja perpassada. Entre os muitos planejamentos, projetos e programas se movimentam as políticas públicas e as políticas educacionais que, vez ou outra, mostram-se como reformas educacionais. É claro que estas reformas acabam por modificar e moldar o cotidiano escolar, quando os professores se veem exaustos e descrentes na tentativa de se adequar aos processos de mudança em seu trabalho, a partir do momento em que estas reformas se mostram aceleradas, mal explicadas, mal implementadas e desrespeitosas com a dinâmica institucional. Juntamente a isto, veem-se desamparados, sem tempo nem mesmo recurso para que tais mudanças – sejam pequenas ou grandes – em seu modo de ver o aluno, em seu

modo de ensinar e interagir com os alunos; individual e coletivamente; como seria o ideal; como se espera que o professor sempre se concentre no aluno e em como facilitar o processo de aprendizagem para todos, igualmente.

Desse cotidiano tem feito parte, infelizmente, entre as relações sociais e de trabalho, o mal-estar na educação, recentemente debatido na atualidade; sobre o qual, interpelando Freud, Patto (2010) diz que se determina através da sociedade de classes, do preconceito, da negação do direito ao respeito, da corrupção e má governabilidade nas políticas públicas, das más condições de formação e de trabalho dos professores, das condições pelas quais são exigidas a acelerada escolarização, do autoritarismo, da violência e injustiça e do desrespeito de uma pedagogia quanto às diferenças individuais e de uma escolarização sedenta pelo controle absoluto do aluno no ato de ensinar.

Já desmotivados quanto ao seu baixo salário, baixo reconhecimento, sua má-formação, suas dificuldades intrínsecas ao trabalho pedagógico e na sua relação com todo tipo de aluno; os professores se veem tentando se ajustar a um “[...] terreno minado de relações e de concepções que estruturam um cotidiano sofrido” (PATTO, 1984, p. 23), das quais nem participa efetivamente e contribuem mais para desorganizar seu trabalho e as relações existentes dentro da escola, do que para melhorar realmente a qualidade do ensino.

Com o ensino que lhes é oferecido e tantas outras expectativas postas sobre si, estão os alunos angustiados, desesperados, desanimados e enfraquecidos, que, na possibilidade de melhorar de vida ou atender expectativas da família, de se adequar ao processo acelerado de escolarização e adaptação às próprias relações escolares como elas são; constituindo o conjunto de atores sociais que vivem nesse campo de batalha, por vezes violento e violentado, que sofrem e conflitam-se até que sobrevivam (PATTO, 2010).

Nesse mesmo cenário, quando surgem ou são percebidas as dificuldades de aprendizagem, os professores se veem culpabilizando os alunos pelos próprios males escolares, e os alunos se veem desamparados em sua própria dificuldade, tendo que lidar com “[...] uma pseudojustificativa para seu fracasso, uma visão ideológica do problema, que encobre a percepção da maneira pela qual os sistemas educacional e social agiram na produção de suas dificuldades escolares” (PATTO, 1984, p. 120). De modo que tanto quem é culpado quanto quem culpa se encontram de mãos vazias e

sem ferramentas para que a dificuldade venha a ser compreendida, enfrentada ou solucionada.

A questão é que

[...] o problema não se encontra nas relações e processos sociais e, neste sentido, também na escola, em seus currículos e em sua metodologia, em sua estrutura e seu funcionamento, em sua natureza e em seu papel numa formação social [...]; o problema está, para todos os efeitos, na criança [...] e sua família, incapazes de adquirir por si os requisitos necessários ao sucesso escolar e social (PATTO, 1984, p. 119).

Isentando-se da possibilidade de causar essas e outras dificuldades existentes no contexto e cotidiano escolar, “[...] a escola contribui de forma decisiva para as várias formas de rebeldia e de retaliação, inclusive de ex-alunos, que podem fazer da escola que os humilhou alvo de agressão” (PATTO, 2010, p. 35).

Também de acordo com a autora, concebendo a Psicologia que se faz presente na escola como Psicologia Científica, esta, mesmo na melhor de suas intenções, acaba por classificar os alunos segundo suas capacidades psíquicas, na tentativa de racionalizar o ensino e moldar o aluno ao que deveria ser, sem notar que os conceitos de inteligência e normalidade que estruturam os testes contribuem para que, em questão de causa e efeito, deficiências psíquicas e dificuldades de aprendizagem se relacionem entre estereótipos e preconceitos de natureza ideológica.

Patto (1997, p. 52) complementa em sua crítica que o que está em pauta é

[...] a própria concepção de ciência, de Homem e de sociedade que lastreia uma psicologia que está na base da criação de instrumentos para fins de avaliação e classificação de indivíduos e grupos, Psicologia esta que tem sido qualificada como positivista, instrumental, objetivista e fiscalista.

Nisto está a relação entre a Psicologia e a ideologia à qual Patto (2010) se refere quando diz que há certo silenciamento produzido pela Psicologia quanto a sua interpretação do real, mostrando-se única e verdadeira; baseando-se na ideia de que o que era para ser dito, já foi dito; ou seja, já é conhecido e naturalizado na sociedade, desestimulando qualquer reflexão sobre como os alunos e suas dificuldades têm se reduzido a coisas, simplesmente, que possuem “[...] defeitos de funcionamento em algum componente da máquina psíquica” (PATTO, 1997, p. 49).

É através deste emaranhado de ideias e concepções que os alunos se veem fracassados e produtores de seu próprio fracasso, de modo que, como bem conjectura Patto (2010, p. 97),

A cada um resta aceitar a fatalidade das diferenças individuais [...] de capacidade, responsabilizar-se pelo seu próprio fracasso, sentir-se, no máximo, inferior e humilhado, jamais revoltado e, muito menos questionado, reivindicador ou desejoso de mudanças radicais. Afinal de contas, a evolução não comporta rupturas, o progresso exige ordem, do que advém a necessidade de que o bom cidadão – o indivíduo “normal” – seja conformado e produtivo, aceite a forma, sujeite-se ao discurso dos únicos tidos como competentes para dizer como são as coisas: os cientistas.

Patto (2010) também critica o modo como os diagnósticos são feitos em relação às dificuldades de aprendizagem porque nestes não é analisada, geralmente, a dimensão escolar em si: o contexto e cotidiano da escola, o histórico de professores que tiveram, o lugar que ocupam no imaginário da escola; mesmo em se tratando de um problema de aprendizagem, intrínseco à escolarização. O problema é que a instituição social só pode ser entendida no interior das relações sociais de produção que existem na sociedade em que está inserida. Assim, também as dificuldades de aprendizagem não podem ser entendidas sem que se leve em consideração práticas e processos escolares que dificultam a aprendizagem.

Dentro do trabalho psicológico realizado, então, acaba que esses diagnósticos

[...] desqualificam como não científicas teorias que vão além de fatos e incluem as dimensões política e ética no entendimento da subjetividade. É assim que, sem se darem conta, instituem-se como operadores de um poderoso aparato ideológico de Estado (PATTO, 2010, p. 136)

Ignorando-se, entre outros aspectos, no diagnóstico e no trabalho psicológico em geral, a própria escola e o processo de escolarização, e sem levar em conta as subjetividades do aluno, faz-se pensar em que medidas as dificuldades de aprendizagem e o fracasso escolar podem ser causados e produzidos pela própria escola. É através dessa compreensão que se pauta esta pesquisa, com o objetivo de compreender em que medida, justificativas e implicações, a escola pode produzir seu próprio fracasso, na não consideração do aluno com dificuldades como sujeito e sim na compreensão dele como o próprio causador do problema.

A respeito disto, podemos considerar a existência e influência de uma prática naturalizante, patologizante e determinista do olhar psicológico diante da realidade diagnosticada, no sentido de que estejam sempre priorizadas questões de causa e efeito. Trata-se de deslocar análises da sociedade para o indivíduo; e mais ainda, para o organismo do indivíduo. São características de um modo de ver, chamar e tratar o aluno que se tem feito presente dentro da escola, e através do qual se manifesta também o modo como a escola pensa e se relaciona com as doenças e seus sintomas e as dificuldades de escolarização que fazem parte do cotidiano desagradável e desconfortável que brevemente já foi mencionado.

Buscando compreender melhor tais coisas, faz-se necessário um breve estudo de contribuições da área da saúde e de outros autores que possuem linhas teóricas similares às de Patto para o desenvolvimento deste trabalho. De acordo com Kamers (2013), é possível considerar três aspectos importantes em relação ao que se tem visto no cenário deste objeto de estudo:

- 1) a escola tem se tornado o dispositivo regulador da inclusão/exclusão da criança no domínio do saber médico-psiquiátrico;
- 2) o saber e a intervenção médica e farmacológica são assegurados pelos dispositivos sociais disciplinares, tais como as escolas, as unidades de saúde e as clínicas privadas;
- 3) a medicação tornou-se a principal forma de tratamento utilizada pela medicina para responder às demandas sociais realizadas, fundamentalmente, pelas instituições de assistência à infância (KAMERS, p. 154, 2013)

Trata-se da compreensão de que a ciência possui atualmente o papel de delegar o certo e errado, o normal e o anormal, o doente e o saudável. Acontece que na medida em que escolas se deparam com problemas diversos em seu cotidiano e os delega às áreas da Psicologia e da Saúde – mais especificamente, ao campo médico-psiquiátrico –; torna-se por visualizar a medicina como um dispositivo divino e indiscutível de regulação do que é normal e do que é patológico em uma criança, acerca de qualquer problema de ordem social que esta possa representar. De modo que as anormalidades são investigadas em torno de seus aspectos neurobiológicos, exclusivamente, sem que se considere a criança, ou seja, o sujeito, “[...] em sua dimensão psíquica, histórica e social” (KAMERS, p. 156, 2013). E mais, parece que estas áreas falem mais de alunos e de educação mais que os próprios educadores, principalmente por meio da psicologia escolar e dos diagnósticos feitos por ela a

respeito de problemas de aprendizagem e/ou dificuldades de escolarização; na tentativa de solucionar imediata e biologicamente problemas individuais para sintomas que se estabelecem socialmente.

Acrescentamos, aqui, a ideia de que é de tudo útil e necessária a intervenção e todo o conhecimento o qual surge das áreas da saúde, da Psicologia, enfim, para a o auxílio e entendimento das famílias e dos próprios alunos sobre as doenças e outros problemas os quais podem ser interpretados e solucionados num viés biológico, natural e físico como é de se esperar. Acontece que chamamos atenção para o modo como em nossos discursos e nos discursos que adentram a escola e a relação entre a escola e o aluno, bem como de sua família, podem prejudicar uma visão ampliada das coisas; como pode, na maioria das vezes, estigmatizar e ver o aluno de apenas uma das formas com as quais se possa ver – uma forma biologicista, psicométrica e determinista.

Ademais, a autora argumenta que, se outrora, em nossa história nacional, a educação e a medicina estiveram relacionadas a serviço dos interesses de um Estado que pretendia a formação civilizatória e homogeneizante de sua nação; talvez na atualidade este processo civilizatório tenha retornado às escolas sob a forma de patologia, identificando alunos como causadores de seus próprios problemas, e tratando problemas de ordem social, pedagógica e política sob um viés biologicista e naturalizante.

A respeito disto, Moysés e Collares (2011, p. 14), em uma de suas críticas sobre a medicalização na educação, revelam, através de suas análises, que

[...] essa história fala de um construto ideológico, sem qualquer embasamento científico, que muda constantemente de nome e aparência, sem que se altere nada em sua essência, isto é, a biologização de seres culturais, datados e situados nas palavras de Paulo Freire, na busca de homogeneidade da humanidade, com rotulação e estigmatização dos que não se submetem

Infelizmente, se podemos analisar tais questões e chegamos a estas conclusões, nota-se que este é o modo como a sociedade e, conseqüentemente, a escola que se insere nesta, enxerga e lida com aqueles que de alguma forma se diferem dos outros e precisam de ajuda e atenção. Kamers (2013, p. 161) destaca, aliás, um ponto que merece reflexão, explanado primeiramente por Freud, “[...] nunca dominaremos a natureza e nosso corpo, com limitada capacidade de adaptação e

realização. [...], se o mal-estar é uma condição própria do humano, trata-se de refletir de que modo, em cada momento histórico, a civilização lida com este mal-estar”.

Podemos nos lembrar, em relação a isso, sobre as funções que a escola e o processo de escolarização têm em nossa sociedade. Seria o que Moysés e Collares (2011, p. 158) chamam de “[...] dispositivo de inclusão/exclusão da criança na vida societária”. Trata-se do que se pode perceber a respeito da escola a partir do século XIX, na tarefa de transmitir os conhecimentos e a cultura produzida pela sociedade e pelo contexto social, político e histórico em se insere, e também onde – isso no caso da escola pública, mais especificamente – as crianças pobres e pertencentes à classe trabalhadora devem ficar boa parte de seu dia, em vez de estar na rua em situações de marginalização ou de condutas desviantes; e em que se identificam suas doenças e transtornos, funcionando, assim, como instrumento de vigilância do Estado.

Moysés e Collares (2011) criticam também o modo como a escola investiga os problemas que surgem em seu espaço, principalmente, os que são diagnosticados como patologias e aos quais se medicaliza. Acreditam que é necessário que se considere mais do que as estruturas de desenvolvimento orgânicas e biológicas, ou seja, que considerem os aspectos emocionais e culturais, de submissão e de resistência; e ainda mais: que, especialmente em se tratando de racionalidade científica e médica, os diagnósticos sejam embasados em critérios mais rigorosos. Nessa perspectiva, as autoras defendem que o que é problema de aprendizagem, investiga-se com base no que se tem produzido em relação à aprendizagem.

Dessa forma, se o que acontece dentro de um aluno – uma criança que está dentro de uma escola –, é visto com algo biológico e reduzido a termos médicos e farmacêuticos (em vez de analisado por diversos ângulos e em total abrangência de dimensões do sujeito), caberia dizer que, no diagnóstico, não se tem investigado aspectos inerentes ao ambiente escolar e ao processo de escolarização.

Como processo de escolarização, falamos pelo processo em que a criança se torna aluno e deve se adaptar à dinâmica do cotidiano escolar, considerando também tudo o que acontece anteriormente à chegada à escola, ao ato de estudar e à função social que a instituição tem em sua comunidade – em relação aos seus usuários e suas famílias, bem como dos atores sociais do espaço e da ação educativa e escolar. Dizemos das relações sociais travadas no contexto escolar, da oportunidade de socialização, produção e apropriação de saberes escolares; mas também da relação

entre a escola e a sociedade, na qual se manifesta, além disso, uma certa função disciplinadora/adaptativa, associada a formas de dominação e submissão, de discriminação e violência, através dos mecanismos de: ordem, pontualidade, compostura, distribuição dos fazeres e dizeres dentro de uma regulada espaço-temporalidade, hierarquização entre saber formal e informal etc. (ZANELLA; MOLON, p. 257, 2007).

Consideramos que adentram no espaço escolar e nas práticas escolares discursos os quais acabam por nos deixar indefesos e acomodados quanto ao que podemos fazer e quanto ao modo como podemos lidar com alunos que, às vezes, apresentem patologias, como a depressão infantil. Porém, devemos nos lembrar e trazer à memória vezes e pessoas que não concordam com visões estereotipadas, naturalizantes e pouco reflexivas a respeito do que acontece na Educação e na escola, em si. De forma a escola não seja vista como, de tudo, ruim e patológica; nem mesmo vítima e apenas reflexo da sociedade e de seus mecanismos cruéis e desumanos; mas sim que há movimentos, pessoas e atitudes as quais se revelam na contramão de tudo o que se tem feito, dito e ouvido no interior escolar. Há atividade, não passividade; há seres humanos que se relacionam e se mobilizam em prol de mudanças e de benefícios tanto para o que se faz dentro da escola quanto para a forma como se vê o aluno, a criança e seus problemas.

Compreendemos que as leituras realizadas nesta parte do trabalho contribuem no sentido de oferecer fundamentação teórica na análise sobre a depressão infantil e sua relação com as implicações pedagógicas, objeto de estudo desta investigação; de forma que tais conceitos e discussões são ampliadas e retomadas no decorrer do texto. Mesmo assim, deve-se considerar que a depressão infantil não é fenômeno fácil de ser estudado e analisado, muito menos na área da Educação, da Pedagogia; mas que este trabalho se faz como iniciação de reflexões, discussões e investigações a respeito do assunto.

4 METODOLOGIA

A explicação do caminho metodológico que foi escolhido para ser utilizado nesta pesquisa se faz tão necessária quanto ao restante dela. Isso porque ao transmitir informações a um leitor deve-se compreender antes da atitude científica que impulsionou esta investigação o fato de que um conhecimento é construído e elaborado segundo diversas perspectivas, visões, ângulos, motivos, objetivos, abordagens, interesses, linhas de pensamento, referenciais teóricos e outros afins que fazem parte da relação entre o ser humano e a ciência. Uma investigação deve ter como objetivo fazer com que quem a lê tenha acesso, nem que seja superficial e breve, com o assunto de que se fala e a experiência que é a de pesquisá-lo. Nisso, é importante que a construção do caminho metodológico seja esclarecida e sirva de lentes na tentativa de que o leitor possa compreender melhor ou o mesmo que o pesquisador. De acordo com Lima e Miotto (2007, p. 39),

Ao apresentar a metodologia que compõe determinada pesquisa, busca-se apresentar o “caminho do pensamento” e a “prática exercida” na apreensão da realidade, e que se encontram intrinsecamente constituídos pela visão social de mundo veiculada pela teoria da qual o pesquisador se vale.

4. 1. Caracterização da pesquisa

Por isso, com o objetivo de investigar como a depressão infantil tem sido debatida na literatura acadêmica nos últimos dez anos, desenvolve-se aqui uma pesquisa científica do tipo pura, a qual consiste na “[...] articulação de conceitos e sistematização de ideias, visando a criação de novas questões, diferentes de tudo o que já foi produzido, para melhorar o próprio conhecimento” (ALMEIDA, 2014, p. 25). Também é caracterizada como descritiva, já que tem por finalidade descrever um objeto de estudo, suas características e problemas relacionados a ele, utilizando-se de fatos (ALMEIDA, 2014).

É também bibliográfica, pois, segundo Lima e Miotto (2007), a pesquisa bibliográfica tem como fontes as bibliografias para a aproximação entre o estudo e o seu objeto, possibilitando um amplo alcance de informações, que podem estar

dispersas por vários tipos de publicações e podem ser sistematizadas conforme seus aspectos conceituais pertencentes aos objetivos da investigação. De acordo com Almeida (2014, p. 29), a pesquisa do tipo bibliográfica tem a finalidade de “[...] buscar relações entre conceitos, características e ideias, às vezes unindo dois ou mais temas”.

4.2. Procedimentos de coleta de dados

Antes que sejam percorridos os procedimentos de coleta de dados, critérios devem ser considerados na sua escolha e adoção. Na visualização e verificação desses critérios, devem ser delimitados os parâmetros temático, linguístico e cronológico e as principais fontes a serem consultadas (LIMA; MIOTO, 2007).

Diante disso, define-se nesta pesquisa que são analisadas as formas de relação entre o fenômeno e as suas implicações no ambiente escolar em artigos de revistas científicas nacionais encontradas na base de dados SCIELO - Scientific Electronic Library Online⁹, publicadas entre 2008 e 2018. A escolha desta base de dados tem como justificativa a grande quantidade de revistas científicas, fonte desta pesquisa, disponibilizadas para acesso público no Brasil. Também é importante que haja ferramentas nesta base que nos auxiliam por palavras-chave e temas, às vezes podendo associar dois ou mais temas. Os materiais são selecionados de acordo com as palavras-chave e algumas combinações entre si como “depressão infantil”, “depressão”, “criança depressiva”, “aluno depressivo”, “transtorno depressivo”, “escola”, “educação” e “ambiente escolar”.

Desta forma, inicialmente é realizada uma busca pelos artigos através das palavras-chave acima citadas, na base de dados SCIELO. São encontrados 21 artigos a partir desse critério. Selecionamos 12 artigos para análise, que contém, no título e no resumo, informações que nos mostram a aproximação ou a investigação dos objetos de estudo desta pesquisa, no idioma português brasileiro, e tendo a sua publicação nos últimos dez anos, ou seja, de 2008 a 2018. A maioria dos 12 artigos não possui em seu resumo e, menos ainda, em seu título o objetivo de investigar a relação entre a depressão infantil e a escola, de forma direta.

⁹ Disponível em: <https://scielo.org/>

Os critérios de exclusão dos artigos não selecionados, num número de 9 textos, são justificados através da própria leitura dos títulos e dos resumos contidos, na qual excluímos os artigos com maior distanciamento dos objetivos de nossa pesquisa. Por exemplo, o texto intitulado “Depressão na adolescência: uma problemática dos vínculos”, cujo resumo esclarece o foco da pesquisa como estabelecer uma relação entre a depressão e a problemática dos vínculos, analisada sob a Teoria do Apego; demonstrando uma visão distante de nossa pesquisa.

4. 3. Procedimentos de análise de dados

São definidos critérios para a realização da análise dos dados, sistematizados em categorias abertas, gráficos e tabelas que agrupam os artigos selecionados de acordo com a semelhança ou diferença entre si. Tais construções contém o título do texto, o ano de produção, a área do conhecimento da qual partem os autores, os referenciais teóricos e as metodologias de pesquisa. Como eixos principais e iniciais da análise, está a identificação das temáticas abordadas nas revistas acerca da relação entre a depressão infantil e o processo de escolarização, a compreensão de como as produções analisadas descrevem a relação entre a depressão infantil e as suas implicações no ambiente escolar e a averiguação de produções científicas que considerem a possibilidade de a escola produzir e/ou prevenir sintomas depressivos.

Após a seleção dos materiais, são realizadas leituras sucessivas, de modo que seja facilitado o processo de identificação e análise das relações as quais se buscam, de acordo com os objetivos específicos deste trabalho. Esta técnica foi fundamentada por Lima e Mito (2007), presumindo: leitura de reconhecimento do material bibliográfico, leitura exploratória, leitura seletiva, leitura reflexiva ou crítica e leitura interpretativa.

A partir das leituras são destacados, selecionados e comparados os elementos ou trechos contidos nos textos que se relacionam com os objetivos específicos deste trabalho, em forma de eixos principais e iniciais da análise:

- Caracterização dos artigos analisados;
- Temáticas abordadas nas revistas da área da educação e da psicologia sobre a depressão infantil em relação à escolarização;

- Como as produções científicas descrevem a relação entre a depressão infantil e suas implicações no ambiente escolar;

- Existência de contribuições científicas que considerem em que medida a escola pode promover e/ou prevenir sintomas depressivos.

Depois, a análise se dá por meio da escrita da descrição dos artigos, em relação às categorias às quais se encontram, e da comparação entre os próprios textos. Por fim, numa análise final, é necessário, segundo Minayo (2002), estabelecer as articulações entre os dados obtidos e os referenciais teóricos da pesquisa, de forma a promover relações entre o que é concreto e o que é abstrato, o que é geral e o que é particular e o que é teoria e o que é prática. Considerando-se, desta forma, que a análise se faz à luz dos referenciais teóricos desta pesquisa, Patto (1977, 1981, 1984, 1996, 1997, 2010, 2012), a partir do qual buscamos compreender, dentro de nossos objetivos, quais as relações existentes entre a depressão infantil e a escola, expressas nos textos.

5 ANÁLISE SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE A DEPRESSÃO INFANTIL E AS IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS ENCONTRADAS NOS ARTIGOS

Nossa análise se fundamenta na ideia de que a educação e a escola precisam, constantemente, se repensar, refletir criticamente sobre seus objetivos, seus problemas, suas influências, seu papel e sua organização, de modo que não se estagne no tempo e que seus esforços para sanar seus problemas educacionais e organizacionais não sejam em vão, e, para isso, não se contentem com explicações rasas e ilusórias – muito menos, manipuladoras. Tomamos por esse posicionamento crítico o qual Patto (2010) compreende que:

[...] a crítica é o caminho para a elucidação do compromisso que estrutura o conhecimento. Não a crítica entendida como simples recusa de uma modalidade de conhecimento em nome de outra; o objetivo da crítica é, ao contrário, 'situar o conhecimento, ir à sua raiz, definir os seus compromissos sociais e históricos, localizar a perspectiva que o construiu, descobrir a maneira de pensar e interpretar a vida social da classe que apresenta esse conhecimento como universal' (MARTINS, 1977)

Consideramos esta pesquisa a partir do que Patto (2010) diz sobre o objetivo da escola em se concretizar como espaço de direito à cultura, ao pensamento e ao respeito; ao passo em que esta tornar-se-ia um ambiente propício para discussões e soluções coletivas de seus conflitos, e também de ações de pessoas desejosas de uma educação distante da violência e dos interesses dominantes presentes em sua sociedade e de uma escola que cada vez menos generalize seus sofrimentos.

Sufrimentos estes visualizados, nas falas da própria autora, dentre outras coisas, numa profunda inimizade entre professores e alunos – sendo os últimos constantemente responsabilizados pelas próprias dificuldades escolares, pelos primeiros e também por uma psicologia psicometrista e naturalizante (PATTO, 2010, p. 19). Em uma definição sobre a escola, Patto (2010, p. 184) diz que:

Eis a escola ideal nas sociedades contemporâneas: instituição disciplinar que organiza o espaço, controla o tempo, vigia continuamente e registra condutas; a escola comprometida com uma "normalidade" conseguida à custa de mutilações, o que levou Adorno a defini-la como "saúde para a morte"; a escola que busca auxílio na

Psicologia instrumental e reduz a inteligência a QI, índice tanto maior quanto mais o indivíduo avaliado está imerso, nas palavras de Adorno, em “formalismo lógico e empiria acumulada”; a escola como casa de disciplinamento que instala a penalidade incorporal dos vexames e humilhações, os prêmios que hierarquizam, o incentivo à competição, as avaliações de rendimento definido como capacidade de repetição de conteúdos não pensados

Também se visualizam na escola sendo vista como uma tábula rasa na qual se estabelecem projetos e reformas, oriundos da vontade estatal, que pouco condizem ou consideram especificidades, vontades, necessidades e realidades da instituição (PATTO, 2010). A respeito disso, Patto (2010, p. 101) fala que:

Entre tantos motivos, porque a história das escolas no Brasil é feita de mudanças pedagógicas e administrativas que, introduzidas numa sucessão vertiginosa e desrespeitosa, atropelam o saber fazer institucional e contribuem para o seu progressivo desconcerto. Com isso – e com o desrespeito crônico pelos educadores – a maior parte das escolas é feita de descrença, desconfiança e guerra surda. Em resumo, de desigualdade, opressão e inimizade.

Em meio a tudo isso, e aos altos índices de reprovação e evasão escolar, bem de como tantos outros problemas da política educacional, sustenta-se a perpetuação de uma educação que constantemente manipula seus sintomas, sem nem mesmo refletir ou tocar em suas causas estruturais (PATTO, 2010), ficando escondido sob si uma realidade diária agressiva e frustrante em relação aos participantes da vida escolar (PATTO, 2010). Estabelece-se, assim, uma escola que atribui a seus próprios problemas e fracassos fatores extraeducacionais, como, por exemplo, por muito tempo se considerou e se considera a desnutrição de seus alunos ou a falta de qualidade de suas estruturas familiares – como se a escola deixasse de se identificar como instituição sociopolítica.

Podemos perceber a realidade que a escola enfrenta, mas esconde, de acordo com Patto (2010, p. 34):

A escola tornou-se, mais do que nunca, “um grande conjunto que reúne pessoas que tudo separa, obrigando-as a coabitarem, seja ignorando-se, seja incompreendendo-se, seja em conflito, latente ou declarado, com todos os sofrimentos que disso resultem”. Nesse campo de batalha, o inimigo está sempre fora de foco. Os educadores que acreditam que os alunos são os causadores de todos os males escolares valem-se de vários procedimentos para

tentar cerceá-los: homogeneizá-los, controlar o comportamento com práticas militares, castigá-los física ou moralmente, rotular como anormal qualquer conduta que não corresponda a um modelo abstrato de bom aluno.

Pensando assim, deveríamos considerar que a escola tem tentando tratar de seus problemas ou do modo como lida com seus alunos e suas subjetividades, de modo a buscar fora de sua dinâmica e relações sociais, as causas determinantes? A autora diz que “[...] é imprescindível uma proposta formativa centrada na reflexão sobre a realidade social em que vivem e sobre a relação dela com uma política educacional que vitima professores e alunos” (PATTO, 2010, p. 39).

Se pensarmos, novamente, a condição de uma psicologia de visão psicométrica e determinista, que tomou cada vez mais lugar no tratamento e na análise de problemas educacionais e escolares, compreendemos que a atitude desta em naturalizar e fatalizar determinações históricas e reduzi-las empiricamente, acaba por, ideologicamente, produzir um efeito que desestimule qualquer reflexão, por parte da escola enquanto instituição e de seus participantes e atores sociais; e que, por meio desta naturalização conceba-se homens por figura de coisas, num processo em que se “[...] coisifica as almas” (ADORNO; HORKEIMER, 1985 *apud* PATTO, 2010, p.96).

Com a finalidade de compreender como a literatura acadêmica relaciona um transtorno específico, como a depressão infantil, e a escola, buscamos, por meio de nossas análises – as quais são fundamentadas no nosso referencial teórico já discutido -, identificar quais visões têm permeado essas discussões nas áreas da Educação e da Psicologia.

A partir dessa seleção dos dados, elaboramos um quadro em que estão apresentados os textos:

Quadro 1. Descrição dos artigos analisados.

ARTIGO	TÍTULO	AUTORES	DATA	REVISTA
1	Vitimização e Percepção do <i>Bullying</i> : Relação com a Sintomatologia Depressiva de Adolescentes	Cavalcanti; Coutinho; Pinto; Silva; Bú.	2018	Revista de Psicologia da IMED
2	Regulação emocional em crianças com e sem sintomas de depressão	Cruvinel; Boruchovitch.	2011	Estudos de Psicologia
3	Representações sociais da depressão no ensino médio – Um estudo sobre duas capitais	Damião; Coutinho; Carolino; Ribeiro.	2011	Psicologia & Sociedade

4	Sintomas de Depressão Infantil e Ambiente Familiar	Cruvinel; Boruchovitch.	2009	Psicologia em Pesquisa
5	Intensidade de sintomas depressivos em adolescentes através da escala de depressão de Beck (BDI-II)	Argimon; Terroso; Barbosa; Lopes.	2013	Boletim Academia Paulista de Psicologia
6	Depressão na adolescência: habilidades sociais e variáveis sociodemográficas como fatores de risco/proteção	Campos; Prette; Prette.	2014	Estudos e Pesquisas em Psicologia
7	Sintomas Depressivos em Crianças: Estudos com duas versões do CDI	Cruvinel; Boruchovitch.	2008	Psicologia, Ciência e Profissão
8	Prevalência de transtornos mentais entre crianças e adolescentes e fatores associados: uma revisão sistemática	Thiengo; Cavalcante; Lovisi.	2014	Jornal Brasileiro de Psiquiatria
9	Sinais preditores de depressão em escolares com transtorno de aprendizagem	Rodrigues; Freire; Gonçalves; Crenitte.	2016	Revista CEFAC
10	Inventário de Depressão Infantil (CDI): Análise dos parâmetros psicométricos	Cruvinel; Boruchovitch; Santos.	2008	Revista de Psicologia
11	Relação entre depressão e qualidade de vida de adolescentes no contexto escolar	Coutinho; Pinto; Cavalcanti; Araújo; Coutinho.	2016	Psicologia, Saúde & Doenças
12	Depressão: crianças também sofrem com essa doença	Colavite; Silva; Garbi; Silva; Ribeiro; Cardoso.	2013	Psicólogo Informação

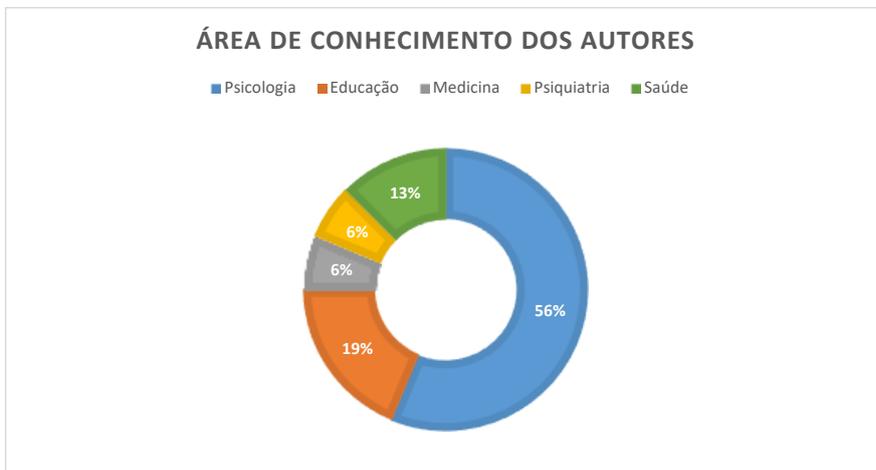
A partir de então, toda e qualquer menção em relação a estes artigos durante a análise é feita por meio da identificação Artigo 1, Artigo 2, Artigo 3, e assim por diante; para que a leitura se torne mais fácil e clara.

Inicialmente, realiza-se uma leitura total dos artigos. Através destas leituras iniciais, selecionam-se características entre as pesquisas que podem se tornar categorias, de acordo com as semelhanças e diferenças encontradas. Depois, lê-se cada um de forma a identificar suas características enquanto pesquisas e as relações entre depressão infantil e a escola que se apresentam em suas ideias, linhas argumentativas, referenciais teóricos e análise de dados; de forma explícita e implícita. Para isso, pensamos em outra categoria referente à caracterização das pesquisas, a qual se faz importante para que ao identificarmos as características dos artigos, encontramos também semelhanças e diferenças nas formas como se produzem. Trata-se de buscar coisas as quais não se percebe superficialmente e de pensar na possibilidade de existirem que mostrem as visões e tendências por trás das pesquisas e dos seus instrumentos metodológicos.

5.1. Caracterização dos artigos analisados

Inicialmente, consideramos importante visualizar outro gráfico, a respeito das áreas de conhecimento dos autores dos artigos analisados, identificando de onde partem as pesquisas:

Gráfico 1. Área de conhecimento dos autores dos artigos



Fonte: PARRA, 2019.

Para a identificação das áreas de conhecimentos às quais os autores dos textos pertencem, utilizamos as informações contidas nos próprios textos. Todos os artigos foram escritos por duas pessoas ou mais, nunca apenas uma. Os autores de um mesmo texto, em sua maioria, pertencem à mesma área. Antes da análise deste dado, é importante frisar que 3 dos artigos analisados foram escritos por duas mesmas autoras, sendo uma delas da área da psicologia e outra da área da educação; o que faz com que as mesmas autoras e suas áreas de conhecimento se repitam no gráfico.

Primeiramente, devemos nos atentar para o fato de que nenhum dos artigos são encontrados nas revistas das áreas da educação, como mostra o quadro 1. De forma geral, percebe-se que a maioria dos artigos foram escritos por pessoas formadas na área da psicologia. Diante disso, compreende-se que a depressão infantil representa um dos temas discutidos na área da psicologia; mas adiantamos que este

interesse parece estar ligado ao tipo de pesquisa feito. Por exemplo, se se trata de um estudo que busca a relação entre a depressão infantil e seus fatores de risco, se busca a relação entre a depressão infantil e os testes diagnósticos à qual se referem, se busca a relação entre a depressão infantil e outros transtornos, se busca a relação entre a depressão infantil e fenômenos sociais. E também de que forma busca-se isso: se por meio da simples aplicação de diagnósticos ou se por meio da análise da relação entre as crianças já diagnosticadas e outro tema de investigação.

Isto está relacionado ao modo como se compreende o diagnóstico, como se compreende a doença, como se vê a criança a qual possui a doença, e se há consideração de outros fatores externos à doença nas pesquisas e suas análises. Como tem se feito pesquisa ultimamente? Como tem se visto a importância da pesquisa? E qual a importância dada aos instrumentos metodológicos pelos quais se produzem?

Percebe-se que o interesse pelo tema é maior dentro da psicologia, o que é compreensível, pois se trata de uma doença a ser estudada, analisada, diagnosticada e tratada por meio do trabalho do psicólogo; assim como acontece nas áreas da saúde, da medicina e psiquiatria. Por qual motivo se torna ou se tornaria interesse na área da educação? Em que ponto a depressão infantil e a educação se encontram? Quando se relacionam e se tocam? Quando dialogam? Influenciam-se entre si?

A psicologia refere-se à área a qual possui propriedade e autoridade para falar dos assuntos psicológicos, mentais, humanos, que, concomitante a isso, também fala do que pode ser patológico ou não, e como se trata, se diagnostica e se vê isso tudo. Trata-se, mais uma vez, do Discurso Competente, elaborado por Chauí (2001), já citado neste trabalho. Patto (2012, p. 19), em um livro sobre a formação de psicólogos, realiza uma crítica a esta autoridade dada:

O que certamente encanta muitos desses profissionais mal formados intelectual e profissionalmente é o poder de dizer sobre o íntimo das pessoas que lhes é socialmente outorgado e considerado o único discurso competente para esse fim. [...] Essa suposta competência indiscutível advém da crença de que as ciências humanas produzem conhecimentos acima de qualquer suspeita, garantidos por métodos de pesquisa que se dizem objetivos e neutros.

Dentro da escola, esta área manifesta-se enquanto psicologia escolar e é, a todo momento, procurada quando as coisas saem do controle da e na escola.

Geralmente, quando um aluno apresenta dificuldades escolares constantes ou quando seu comportamento se difere dos outros alunos, causando desconforto e atenção na sala de aula. Com o processo de escolarização, a criança se torna um aluno – não mais criança, filho, irmão, amigo; aluno, simplesmente – transformado no foco do processo de aprendizagem: o professor ensina algo para um aluno; tido, muitas das vezes, como o aluno ideal: comportado, disciplinado e nato aprendiz.

Quando o professor ou a equipe pedagógica, e até mesmo os pais, vêm-se de mãos atadas quanto à solução dos problemas de aprendizagem ou comportamento do aluno, recorrem ao trabalho do psicólogo. Isto porque, segundo Patto (1977, p. 7), a educação é um dos setores mais afetados pelas contribuições da psicologia, que funciona através de seu “[...] conjunto de informações e procedimentos relacionados com a compreensão, a previsão e o controle do comportamento humano”. Percebemos que o que acontece é que nem sempre estes problemas conseguem ser solucionados. Garante-se o diagnóstico e o tratamento – por vezes, por meio da medicalização. Mas a partir deste ponto, o trabalho a ser desenvolvido refere-se ao psicólogo e seu contato com os alunos e os pais, de forma que se encerre a doença e os seus sintomas na própria criança e na sua família.

Se da área da psicologia partem a maioria das pesquisas selecionadas que falam sobre a depressão infantil e a relacionam com a escola, compreendemos a necessidade de a educação se repensar e se analisar, pensemos na necessidade de rever criticamente, também, os princípios psicológicos com que nos sustentamos em nossa atividade educadora. Bem como dos princípios norteadores das pesquisas que se têm feito nessas áreas.

Elaboramos um outro quadro, com a finalidade de caracterizar as pesquisas quanto ao seu tipo e aos seus objetivos, para que possamos compreender como a relação entre a depressão infantil e a escola tem sido pesquisada e a partir de que objetivos tem se feito relevante.

Quadro 2. Os objetivos e as tipologias de pesquisa dos artigos

ART.	OBJETIVOS	TIPO DE PESQUISA
1	Conhecer relação entre vitimização, percepção acerca do <i>bullying</i> , e sintomatologia depressiva no contexto de adolescentes escolares.	Transversal, exploratório.

2	Analisar a regulação emocional de crianças com e sem sintomas de depressão.	Não identificado.
3	Identificar os fatores psicossociais que interferem na etiologia da depressão e aprender as representações sociais (RS) da depressão no coletivo de adolescentes inseridos no contexto do ensino médio da rede pública e privada das cidades de Teresina/PI e Natal/RN.	Descritiva exploratória; caráter qualitativo e quantitativo.
4	Analisar a relação entre sintomas depressivos e variáveis familiares.	Não identificado.
5	Avaliar os sintomas de depressão em adolescentes.	Descritiva, de caráter quantitativo; delineamento transversal.
6	Investigar variáveis sociodemográficas que podem ser fator de risco ou proteção da depressão na adolescência e avaliar o poder preditivo de um modelo que inclui essas variáveis.	Não identificado.
7	Identificar o número de crianças com sintomas depressivos em duas amostras de estudantes da cidade de Campinas.	Não identificado.
8	Identificar os transtornos mais prevalentes na infância e adolescência e possíveis fatores associados.	Revisão sistemática.
9	Comparar os sinais de depressão entre crianças com e sem transtornos de aprendizagem e investigar se há diferenças nos sinais depressivos em relação ao gênero entre os grupos.	Não identificada.
10	Analisar os parâmetros psicométricos da versão brasileira reduzida do Inventário de Depressão Infantil – CDI e de sua versão original.	Análise fatorial exploratória.
11	Verificar a relação entre depressão e qualidade de vida (QV) de adolescentes no contexto escolar.	Abordagem qualitativa.
12	Discorrer a respeito do conceito de depressão, abordando suas tipologias e sua ocorrência na infância.	Revisão bibliográfica.

A partir desses dados, retirados dos próprios artigos, seja no resumo ou no decorrer do texto, compreendemos que os objetivos não mostram claramente que a finalidade das pesquisas seja a relação entre a depressão infantil e suas implicações pedagógicas. Tratam-se de problemas investigativos que buscam compreender o fenômeno da depressão infantil, em si – como seu diagnóstico, fatores de risco associados e prevalência ou índice de ocorrência –, e este relacionado com outros fenômenos ou conceitos, como a qualidade de vida, outros transtornos, o *bullying* e a regulação emocional, por exemplo.

Percebe-se que os objetivos se encontram distantes de assuntos escolares, exceto nas vezes em que se investiga o transtorno de aprendizagem, como faz o Artigo 9 (2016), ou que se utilize o contexto escolar ou os próprios alunos como o modo pelo qual se obtém as amostras e os dados de pesquisa.

Quanto ao tipo de pesquisa, chamamos a atenção para a não explicitação de tal dado, na escrita dos artigos. Considerando-se pesquisas de porte científico relevante para a sociedade, a importância que se dá a metodologia e sua explicação

para os usuários e leitores dos artigos não deveria ser ignorada. Também identificamos a existência da maioria das pesquisas do tipo exploratórias e quantitativas; e algumas do tipo qualitativa e do tipo bibliográfica.

Ainda a respeito da metodologia utilizada nas pesquisas, elaboramos também outro quadro que relaciona a amostra de participantes das pesquisas e os instrumentos utilizados para a coleta de dados, através de trechos encontrados nos próprios textos, seja no resumo ou na parte destinada a apresentar a metodologia.

Quadro 3. A amostra e os instrumentos utilizados nos artigos analisados

ART.	AMOSTRA	INSTRUMENTOS
1	"[...] 243 adolescentes de escola pública da cidade de João Pessoa/PB" (A. 1, p. 145)	Escala de Percepção sobre o Bullying Escolar (CAVALCANTI, 2017), Escala Califórnia de Vitimização do Bullying (FÉLIX <i>et al.</i> , 2011; SOARES <i>et al.</i> , 2015), Inventário de Depressão Infantil (CDI-20), questionário sociodemográfico.
2	"[...] 54 alunos de 3ª e 4ª série do ensino fundamental, sendo 27 com sintomas depressivos (G1) e 27 sem sintomatologia (G2)" (A. 2, p. 219)	Inventário de Depressão Infantil (CDI), entrevista com uso de pranchas ilustrativas para Avaliação de Regulação Emocional de Alunos do Ensino Fundamental – EPRE (CRUVINEL; BORUCHOVITCH, 2004).
3	"[...] 505 estudantes, sendo 306 sujeitos do sexo feminino e 199 do sexo masculino" (A. 3, p. 116)	Inventário de Depressão Infantil (CDI), Tese de Associação Livre de Palavras (TALP).
4	"[...] seis mães; separadas em dois pequenos grupos, a saber: grupo 1 (G1), formado por três mães, cujos filhos apresentavam sintomatologia depressiva, e grupo 2 (G2), por três mães de crianças sem sintomas de depressão" (A. 4, p. 90)	Inventário de Depressão Infantil – CDI, Inventário de recursos no ambiente familiar – RAF.
5	"[...] 88 adolescentes, com idades compreendidas entre 12 e 17 anos, de duas escolas da cidade de Porto Alegre – RS, sendo uma pública e outra particular" (A. 5, p. 360)	Inventário de Depressão de Beck (BDI-II)
6	"[...] 642 adolescentes de três escolas públicas municipais de uma cidade do interior de São Paulo, de aproximadamente 620 mil habitantes" (A. 6, p. 415)	Inventário de Habilidades Sociais Para Adolescentes (IHSA-Del-Prette, 2009), Inventário de Depressão Infantil, Critério de Classificação Econômica Brasil (CCBE, IBOPE/ABEP, 2013)
7	Estudo 1: "[...] 169 crianças de 3ª série (N=69), 4ª série (N=69) e 5ª série (N=31) do ensino fundamental" (A. 7, p. 578) Estudo 2: "[...] 157 alunos de 3ª e 4ª séries do ensino fundamental" (A. 7, p. 580)	Inventário de Depressão Infantil (CDI)
8	Sem amostra, em se tratando de uma revisão sistemática.	Os dados foram coletados por meio de consulta no Decs – Descritores de Ciências em Saúde
9	"[...] 20 crianças com transtorno de aprendizagem e 20 crianças com desempenho escolar típico, entre 9 e 12 anos de idade" (A. 9, p. 864)	TDE – Teste de Desempenho Escolar, Inventário de Depressão Infantil.

10	Estudo 1: “[...] 169 escolares da 3ª, 4ª e 5ª série, do ensino fundamental de escola pública” (A. 10, p. 473) Estudo 2: “[...] 157 estudantes de 3ª e 4ª séries do ensino fundamental” (A. 10, p. 482)	Estudo 1: CDI por Gouveia <i>et al.</i> (1995). Estudo 2: CDI por Kovacs (1983).
11	“[...] 204 adolescentes, com idades de 12 a 18 anos” (A. 11, p. 338)	Questionário sociodemográfico, Questionário KIDSCREEN-52, Inventário de depressão infantil (CDI-20)
12	Sem amostra, em se tratando de uma revisão bibliográfica, aparentemente.	Não identificado ou citado.

Observamos, diante desses dados, que a amostra de crianças, adolescentes ou outros tipos de amostras para as pesquisas, acontece de modo a considerá-las, quase sempre, como estudantes ou escolares. Isto se deve ao fato de que as pesquisas foram realizadas no contexto escolar, por meio da autorização por parte da escola. Não se considera que a criança seja uma criança, a qual possui outra vida e atividades não escolares, fora do ambiente escolar; frequentando outros ambientes sociais e culturais, outras instituições, e se relacionando com outros tipos de pessoas e comunidades. Não se compreende a criança em suas subjetividades e em sua totalidade. Parece que se separa muito a escola e as pessoas, ou seja, a escola e as pessoas que dela participam e nela convivem, pois espera-se que na instituição cada um cumpra sua função, sem que haja interferências de fatores não escolares ou profissionais, como as emoções, os conflitos familiares, as doenças etc; não havendo possibilidade de diálogo entre o currículo e a dinâmica da vida, entre a escolarização e a dinâmica da vida.

Até mesmo quando as mães são as participantes das pesquisas, são as mães de crianças, que são alunos no ambiente escolar – inclusive, ambiente em que se aplicaram as pesquisas. Será que não seria importante considerar que, no espaço escolar, a criança adquire uma figura social já incorporada, o aluno? Isto não interfere na coleta de dados e nos próprios dados a serem obtidos?

Também nos chama a atenção o alarmante número de participantes das pesquisas, bem como o grande número de crianças e adolescentes que, sendo diagnosticados com a depressão infantil anteriormente à realização da pesquisa, ou através da pesquisa, possuem o quadro depressivo.

Sobre isso, vale descrever neste trabalho que a maioria das crianças, a partir das quais se realizou a pesquisa e a coleta de dados, foram diagnosticadas pelos próprios autores dos artigos, como etapa primária da pesquisa e de acordo com os

instrumentos os quais julgaram necessários, suficientes e adequados. Abaixo, alguns trechos dos artigos, que descrevem como se realizou a coleta de dados, de modo a representar a maneira como aconteceu na maioria dos artigos:

Inicialmente, obteve-se a permissão dos diretores das escolas, e, em seguida, foram explicitados os objetivos pertinentes ao estudo e solicitada a participação voluntária dos estudantes. Para aqueles que se interessaram em participar da pesquisa, foi solicitada a autorização prévia dos pais/responsáveis, mediante a assinatura do termo de consentimento, conforme exigência prevista no código de ética para pesquisas com seres humanos. Além disso, pediu-se que os escolares assinassem o termo de assentimento. A aplicação da pesquisa foi realizada de forma coletiva, nas dependências da instituição escolar, com um tempo médio de aproximadamente 20 minutos (ARTIGO 1, 2018, p. 146).

O segundo trecho refere-se à pesquisa realizada com as mães, em que se identificaram e se formaram grupos de crianças com e sem sintomatologia da depressão e as outras etapas consistiram nas entrevistas com as mães, selecionadas através desses grupos. Dos 54 participantes anteriormente selecionados, 6 mães se dispuseram a realizar tal entrevista, a respeito do ambiente familiar:

A amostra do presente estudo foi composta por seis mães, separadas em dois pequenos grupos, a saber: grupo 1 (G1), formado por três mães, cujos filhos apresentavam sintomatologia depressiva, e grupo 2 (G2), por três mães de crianças sem sintomas de depressão. Cabe ressaltar que, inicialmente foram convidadas para participar da pesquisa 54 mães: sendo 27 mães de crianças com sintomas de depressão e outras 27, de crianças sem sintomatologia. O critério para a divisão dos grupos foi o escore obtido pela criança no Inventário de Depressão Infantil – CDI (Kovacs, 1983) (ARTIGO 4, 2009, p. 90-91).

Sobre os instrumentos metodológicos das pesquisas, cada uma utilizou, de acordo com seus objetivos, instrumentos específicos sobre a depressão infantil; e também sobre outros fenômenos os quais buscam relacionar, como o *bullying* ou a qualidade de vida, bem como utilizaram entrevistas e questionários.

No entanto, chama-se atenção ao fato de que: dos 12 artigos, 8 utilizaram o Inventário da Depressão Infantil, seja na versão original de Kovacs (1983) ou nas versões brasileiras e atualizadas, por Gouveia *et al* (1995) ou por Baptista (1977). Tal utilização frequente nos chamou atenção. Talvez compreender e investigar brevemente este documento se faz interessante a esta pesquisa, para que possamos

entender quais são os fundamentos teóricos que embasam a maioria dos testes diagnósticos relacionados à depressão infantil.

Um dos artigos analisados realiza um estudo sobre este inventário, nas suas duas versões. De acordo com o Artigo 10 (2008), na medição da ocorrência de sintomas depressivos em crianças e em adolescentes, têm sido amplamente utilizadas as técnicas de observação, escalas e inventários de auto avaliação, entrevistas estruturadas e semi-estruturadas. Dentre estes inventários de auto avaliação, o CDI tem sido o instrumento mais comum e foi o primeiro a ser elaborado para estudar os sintomas depressivos na infância; por Kovacs em 1983, tendo surgido como adaptação do BDI – Beck Depression Inventory. Contém uma escala de 27 itens, destinada a identificar os sintomas em pessoas de 7 a 17 anos. A adaptação para a população brasileira, por Gouveia *et al.* (1995), avalia sintomas afetivos, cognitivos e comportamentais; através de 20 questões.

Compreende-se que, de acordo com Harrington (1993 *apud* ARTIGO 10, 2008), não há um único instrumento que avalie todos os aspectos da depressão infantil e os já existentes apresentam suas limitações e vantagens. O importante é que estes mesmos instrumentos continuem sendo utilizados e analisados mais frequentemente. No entanto, saber como se relacionam as pesquisas e os instrumentos os quais utilizam se faz importante para que consideremos o que tem se pensado e como se tem diagnosticado a depressão infantil.

Destacamos, neste aspecto, que se se pensem e repensem constantemente os instrumentos, em vista de que a tendência é a utilização de testes psicométricos que demonstrem mais os estereótipos e os esforços naturalizantes dos problemas sociais e até educacionais, do que em compromissos realmente humanos em sua eficiência e cientificidade. Chamamos a atenção para que nos deixemos levar pela origem destes testes, em que se visualiza, de acordo com Patto (2012, p. 134), que

A contribuição mais valorizada da ciência psicológica ao projeto de regeneração do povo e da nação brasileiras eram os *tests*. Nesse mesmo número da revista *Educação*, um professor da Escola Normal de Nancy foi mais longe: 'É absolutamente necessário dispormos de um instrumento de medida tão manejável quanto são, em outros domínios, o termômetro e o barômetro'

Julgamos importante considerar também quanto às formas de relação existentes da família dos estudados com a depressão infantil e sua sintomatologia, as

quais identificamos através do modo como a família ou, especificamente, os pais, são citados nas diversas etapas do artigo.

Quadro 4: Relações entre a família e a depressão infantil de acordo com os artigos

ART.	RELAÇÃO ENTRE A FAMÍLIA E A DEPRESSÃO INFANTIL
1	Conclui-se que o diálogo entre família, alunos e escola seja importante para evitar situações de insegurança dentro do ambiente escolar – fato ligado à vitimização do <i>bullying</i> e à depressão.
2	Consideram, de acordo com seus estudos, a possibilidade de a depressão estar associada a comprometimentos no funcionamento familiar.
3	Acreditam que os conflitos inerentes à adolescência tendem a se agravar numa crise familiar; e que se faz importante a compreensão da depressão pelos pais, professores e estudantes, a fim de promover práticas curriculares nas instituições educacionais.
4	A pesquisa conta com a amostra de 6 mães para a realização da pesquisa, a fim de compreender as relações entre a depressão infantil e o suporte e supervisão familiar. Consideram as dificuldades na dinâmica familiar um fator de risco para a depressão e sua manutenção.
5	Considera-se que a estrutura e o suporte familiar estão relacionados às desordens psiquiátricas na infância e na adolescência.
6	Considera como fatores de risco o prévio histórico de depressão nos pais, a vivência em família disfuncional e baixa educação dos pais.
7	Observa que a depressão traz sérios problemas e prejuízos nas relações familiares e sociais; e também que problemas com os pais caracterizam, geralmente, o contexto familiar de crianças com diagnóstico com depressão.
8	O estudo considera, como fatores associados ao transtorno, o histórico familiar do mesmo ou outros transtornos e a configuração familiar. Também considera como fatores dificultadores e agravadores no tratamento os problemas nas relações familiares.
9	Não citada.
10	Não citada.
11	Acredita-se nos conflitos familiares como um dos fatores de risco relacionados à depressão; e o apoio familiar como um dos fatores biopsicossociais os quais possuem relação direta com a prevalência da depressão na adolescência. Também se considera a integração familiar-afetiva como um dos fatores protetivos em relação à doença.
12	A baixa educação dos pais aparece atrelada à depressão, como fatores de risco.

Todas as informações contidas nos artigos que relacionam a depressão infantil, sua prevalência e sintomatologia, e a família servem-nos na elaboração deste quadro e na visualização das relações estabelecidas. Estas relações estão ligadas ao modo como a depressão infantil se associa à família, seja por meio da ideia de que a hereditariedade influencie nas condições de ocorrência do transtorno, ou seja, na ideia de que o contexto social e o ambiente familiar possam contribuir tanto como fator de risco para que o transtorno depressivo seja desenvolvido, como também de forma a representar formas de auxiliar no tratamento da doença como prejudicá-lo – seja em forma de agravamentos ou de que a família não colabore com o diagnóstico e tratamento, ou que não se considere importante ou válido o reconhecimento da doença.

Um dos artigos cita a família em relação aos fatores associados ao transtorno depressivo. De acordo com o Artigo 11 (2016, p. 340),

Alguns fatores de risco e de proteção podem contribuir para aumentar ou diminuir a incidência da depressão no contexto da adolescência. A promoção da autoestima, suporte social, cooperação, autonomia, integração familiar-afetiva e auto eficácia constituem fatores protetivos em relação à doença (Brasil, 2008). Por outro lado, dentre os fatores principais para o aumento da depressão nesta população destacam-se a depressão entre os pais, negligência, uso de substâncias psicoativas e abuso sexual na infância (Bhals & Bhals, 2002; Baptista, Baptista & Dias, 2001)

Vê-se, diante deste trecho, que a família se constitui como algo que pode causar prejuízos e benefícios ao quadro depressivo. Isso porque a incidência da depressão pode diminuir em casos em que há integração familiar-afetiva favorável ao diagnóstico e ao tratamento da doença; ao contrário de muitas famílias que se mostram relutantes em aceitar o diagnóstico. Mas também a família se manifesta como um fator de risco, ao ponto em que se percebe que a existência de quadro depressivo entre os pais, seja um dos dois ou os dois, pode representar um dos fatores que expliquem a ocorrência da depressão no filho. Por isso, a consideração deste fator se faz importante no momento do diagnóstico da depressão infantil.

Outros trechos de outros artigos podem ser citados como exemplos de vezes em que os pais ou a família é citada, em relação à depressão infantil:

[...] os fatores que mais se mostraram associados aos diferentes transtornos foram: fatores biológicos, como sexo; fatores genéticos, como histórico familiar de transtorno mental; e fatores ambientais, como presença de violência familiar e comunitária e configuração familiar (morar somente com um dos pais ou nenhum) (ARTIGO 8, 2014, p. 363-364).

[...] apontam fatores de risco propícios para essa doença como: histórico de depressão, ser mulher, viver em uma família disfuncional, baixa educação dos pais, suporte social, baixa autoestima, problemas de saúde, entre outros (ARTIGO 12, 2013, p. 125).

Consideramos conveniente destacar um dos artigos, em vista que ele nos oferece mais parâmetros a respeito da relação feita entre a família e a depressão infantil. Isso se dá pelo fato de que se trata de um estudo sobre os sintomas da

depressão e o ambiente familiar. De acordo com o Artigo 4 (2000), uma criança que possui sintomas depressivos pode sofrer alteração no seu funcionamento psicossocial e emocional; e isto implica sérios comprometimentos nas relações familiares. Acontece que, de acordo com a literatura, de fato, um ambiente familiar caracterizado por condutas parentais inadequadas ou com a presença de um dos pais depressivos pode contribuir no aparecimento de sintomas depressivos. Com isso, considera-se também o fato de que num contexto familiar de relações saudáveis, com apoio e suporte afetivo, há maiores chances de que a criança se recupere da doença.

Diante disso, à família atribui-se um papel de proteção e prevenção de casos de depressão nos filhos. Ou seja, considera-se que a depressão na criança pode surgir de casos em que os pais não suprem as necessidades afetivas dos filhos, com amor, carinho e apoio. Tanto em crianças quanto em adolescentes, de acordo com o artigo analisado, a depressão está associada a casos de relações familiares que se caracterizam por: conflitos, sentimento de rejeição, falta de comunicação entre os membros da família, dificuldades de expressão, falta de apoio, hostilidade, excesso de críticas e agressividade.

No entanto, chamamos atenção para o modo como a psicologia escolar lida com esses casos. De acordo com Patto (2012. p. 20),

Um profissional cujo trabalho é realizado no âmbito de uma instituição que o coloca no âmago de sentimentos tumultuados inerentes aos dramas familiares não pode, em momento algum, deixar de ter presentes os dilemas maiores da profissão. [...] Sem o entendimento rigoroso e bem fundamentado daquilo que se passa na subjetividade e nas relações intersubjetivas numa sociedade concreta e sem a consciência da imensa responsabilidade de suas práticas, esses profissionais podem lesar direitos fundamentais dos indivíduos e, no limite, colaborar para a negação de seu direito à vida. Um psicólogo que não desenvolver a capacidade de refletir sobre a ciência que pratica – ou seja, de refletir sobre a dimensão epistemológica e ética do conhecimento que ela produz e que ele reproduz – certamente soma, insciente, com o preconceito delirante, a opressão, o genocídio e a tortura, atitudes e condutas que, segundo Adorno (1995), são constitutivas da barbárie

Perante estes dados, exemplificados por estes trechos, e nossa análise, percebemos a unanimidade nos artigos em acreditar que um ambiente familiar harmonioso ou agressivo está relacionado à depressão, e que a hereditariedade se faz como um componente do diagnóstico, representando-se como um fator de

prevalência da doença. Apontamos que esta visão é de fato importante, pela quantidade de conteúdos produzidos a respeito disso, mas que é necessário tomar cautela para que não se generalize – se isso já não acontece –; compreendendo-se que pensar sempre e exclusivamente nessa hereditariedade ou nos conflitos de relacionamentos constitui-se como um movimento determinista, de causa e efeito, e de conformismo.

Associamos este movimento com o que Patto (2012) discute ao pensar sobre como se investiga e já se investigaram, em nossa história, as causas orgânicas da criminalidade; caracterizadas pela predeterminação e inevitabilidade, sempre equiparadas ao lado de fatores e causas sociais, políticos e econômicos, numa tentativa de naturalização dos problemas; assim como se trata o determinismo presente na hereditariedade: “Se os pais são baixos, os filhos são baixos e não há o que se possa fazer; logo, se os pais são pobres, os filhos são pobres, e não há nada que se possa fazer. A natureza determina a hereditariedade assim como deve determinar a pobreza e o caráter” (PATTO, 2012, p. 77).

Ao ponto em que se percebe, não só sobre a relação entre a depressão infantil e a família, mas no decorrer deste tópico, que a visão da área da psicologia e até mesmo da educação podem se sustentar na ideia de padrões de normalidade que embasem concepções de sociedade, de educação e de psicologia que servem à desigualdade social e ao pensamento hegemônico e elitista. Isto nos faz pensar sobre como a educação e a escola encaram o aluno, inclusive o aluno doente, e as dificuldades escolares as quais pode apresentar em decorrência de seu quadro patológico ou não, ou demais comportamentos e sentimentos os quais podem surgir no cotidiano escolar.

Segundo Patto (2010, p. 135-136),

Desde o início dominado pela biologia, a Psicologia até hoje continua a dizer essencialmente o mesmo com palavras diferentes. Ao afirmar que as dificuldades escolares decorrem da genética de raças e classes sociais, de problemas emocionais, de distúrbios neurológicos e psicomotores, de desnutrição, de carência cultural, de deficiência mental leve ou de atraso no desenvolvimento cognitivo – ao dizer isso, essas versões da Psicologia deixam na sombra a escola como instituição sociopolítica.

No decorrer do restante deste trabalho, realizamos a análise dos artigos a partir de outros três eixos principais, os quais são apresentados em tópicos, a seguir, elaborados de acordo com os objetivos específicos desta pesquisa. Ao final, apresentamos, também, um item de fechamento da atividade de análise a englobar os aspectos gerais.

5.2. Temáticas abordadas nas revistas da área da educação e da psicologia sobre a depressão infantil em relação à escolarização

Este eixo refere-se ao que se encontra, durante as leituras e análises, que se enquadra em temáticas abordadas nestes artigos sobre a depressão infantil e a escolarização; considerando-se que à escolarização possa ser associado: aprendizagem, ensino-aprendizagem, relações entre professor e aluno, relações entre alunos e outros alunos, relação entre a escola e a comunidade escolar, currículo, avaliação e outras vivências inerentes ao trabalho e ao ambiente escolar.

A respeito deste eixo, separamos as temáticas em: relacionadas com a depressão infantil e sobre a depressão infantil em si. Isso se deve ao fato de que realmente não há muitas pesquisas que relacionam a doença e a escolarização, como um objeto de estudo; e sim a escolarização como um dos fatores associados à sintomatologia ou ao diagnóstico. Por isso, nestas pesquisas em que a escolarização é citada ou abordada, parece não acontecer com ênfase nem intenção clara, muito menos que seja abordada de forma abrangente e ampla.

Elaboramos mais um quadro contendo informações que nos permitem elencar as diferentes temáticas abordadas em relação à depressão infantil, de acordo com o que se percebe na leitura dos artigos e com o que foi dito em seus títulos resumos. Exclui-se deste quadro a descrição de artigos que estudaram a depressão infantil em si, que se apresenta posteriormente.

Quadro 5: As temáticas abordadas em relação à depressão infantil

TEMÁTICAS RELACIONADAS COM A DEPRESSÃO INFANTIL	ONDE SÃO ENCONTRADAS
Qualidade de Vida (QV)	ARTIGO 11
Regulação Emocional	ARTIGO 2
Vitimização e Percepção do <i>Bullying</i>	ARTIGO 1
Transtorno de Aprendizagem	ARTIGO 9
Habilidades Sociais	ARTIGO 6
Transtornos Mentais	ARTIGO 8

A respeito destas temáticas, evidenciam-se os conceitos estudados como pertencentes à área da psicologia, sendo os mais populares nos debates educacionais o transtorno de aprendizagem e o *bullying*. Compreende-se que tais temáticas descritas no quadro representam a ideia de que a depressão infantil e seus sintomas interferem no modo como se desenvolvem a qualidade de vida, a regulação emocional e as habilidades sociais; mas que também estes interferem no quadro depressivo, seja no seu início, como na sua duração e recorrência. Já no caso da vitimização e percepção do *bullying*, considera-se que este aspecto pode causar os sintomas depressivos. Quanto ao transtorno de aprendizagem, a ideia é a investigação de até que ponto um interfere negativamente no outro, considerando que tanto a depressão infantil interfere nos casos de transtorno de aprendizagem, quando que o transtorno de aprendizagem interfere nos casos de depressão infantil. Vejamos alguns trechos que demonstram isso.

No Artigo 6 (2014), diz-se que a depressão infantil está associada ao “[...] baixo repertório de enfrentamento e de habilidades sociais” (ARTIGO 6, 2014, p. 410), que, de acordo com o artigo são “[...] comportamentos sociais presentes no repertório do indivíduo que possuem alta probabilidade de produzir consequências reforçadoras para o indivíduo e para as demais pessoas” (ARTIGO 6, 2014, p. 411). Essas temáticas estão relacionadas porque as habilidades sociais podem ser como um fator de proteção para um desenvolvimento saudável e com menor chance de prevalência do transtorno depressivo, representando também, se em condição oposta, como fator de risco para a doença.

De acordo com o Artigo 9 (2016), o transtorno de aprendizagem está relacionado à depressão infantil trazendo graves consequências educacionais, sociais e emocionais para as crianças, sendo constantemente associado a níveis de ansiedade e de depressão. Porém, o próprio artigo esclarece que não há, nos estudos já realizados, a descrição de uma relação causal entre os problemas de aprendizagem e a depressão, “[...] não deixando claro se a depressão ocasiona uma queda no rendimento escolar da criança ou o contrário, se uma dificuldade escolar conduziria a sentimentos depressivos” (ARTIGO 9, 2016, p. 865).

De acordo com o Artigo 1 (2018), a depressão infantil se trata de uma das consequências psicossociais que o Bullying pode causar, funcionando como um fator

de risco para a sintomatologia, bem como a “[...] ansiedade, baixa autoestima, variação de humor, estresse, implicações negativas na qualidade de vida e bem-estar, comprometimento na socialização e na aprendizagem” (ARTIGO 1, 2018, p. 144). Nesse sentido compreende-se que a existência do *bullying* no contexto escolar contribui para que a saúde mental dos envolvidos na prática seja prejudicada, de forma que esta possa apresentar, entre os prejuízos, o quadro depressivo.

Dentre os artigos analisados, o Artigo 1 (2018) o que apresenta maior relação entre o transtorno e a escolarização, quando considera que o *bullying*, objeto de seu estudo, é inerente ao ambiente escolar, prevalente na experiência de crianças que estudam, e isto faz com que a sintomatologia da depressão aumente, em vista de sua relação com o *bullying*.

Outro artigo que apresenta semelhante visão é o Artigo 11 (2016), que argumenta que estudos apontam a prevalência da depressão em relação a fatores biopsicossociais, como a socialização, apoio social e familiar e aspectos ligados à satisfação e ao bem-estar físico, emocional e psicológico; sendo estes fatores relacionados ao modo de qualidade de vida a experimentar. De acordo com o artigo, há correlações negativas entre a depressão e a qualidade de vida, nos quesitos de “[...] saúde física, sentimentos, estado de humor, autopercepção, ambiente familiar, questões econômicas, amizades, tempo livre, ambiente escolar e *bullying*” (ARTIGO 11 (2016, p. 347).

Destaca-se a relação entre a depressão infantil e o ambiente escolar, a partir da análise deste artigo, como sendo compreendido que o ambiente agressivo e violento pode provocar tensão entre os estudantes, que conseqüentemente podem apresentar desgaste físico e emocional, além de prejuízos no convívio social e na aprendizagem. Esta violência se manifesta em questão de situações constrangedoras de discriminação e nos relacionamentos entre professores e alunos e entre os próprios alunos.

Já no Artigo 2 (2011), as autoras fazem a relação entre a depressão infantil e a regulação emocional, ou seja, o domínio que se tem em lidar com as emoções, em forma de estratégias automáticas ou controladas, conscientes ou inconscientes. Argumentam que crianças com depressão podem administrar suas emoções de maneira que aumentem ou diminuam o risco da doença e que contribuam com a sua duração e recorrência.

Dos 12 artigos analisados, outros 6 textos referem-se ao estudo da depressão infantil em si. São os artigos 3, 4, 5, 7, 8, 10 e 12. Tratam-se de pesquisas que objetivam investigar a doença em relação à sua prevalência, à sua representação social, às variáveis do ambiente familiar como fator de risco e/ou de proteção, aos seus instrumentos diagnósticos, ao seu conceito, tipologia e ocorrência.

Quanto à sua prevalência, evidencia-se, de acordo com o Artigo 8 (2014), que dentre os transtornos mentais encontrados nas crianças e nos adolescentes, a depressão é a que tem maior número, seguida pelos transtornos de ansiedade, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), transtorno por uso de substâncias e transtorno de conduta. O artigo conclui que os fatores mais associados aos transtornos são os fatores biológicos, os fatores genéticos e os fatores ambientais.

Em relação à representação social da depressão, o Artigo 3 (2011), busca investigar a abordagem de representações sociais, a fim de compreender a sintomatologia da depressão no jovem a partir dos conhecimentos elaborados e compartilhados entre os próprios adolescentes que participaram da pesquisa. Como resultados, o estudo considera que a investigação revelou um índice significativo de sentimentos de tristeza, pensamentos de suicídio e morte, choro, insônia, insegurança, sentimento de incapacidade e de culpa, desobediência, solidão, isolamento etc.

O Artigo 4 (2009) busca variáveis do ambiente familiar, como envolvimento, suporte e supervisão dos pais em crianças que possuem depressão e crianças sem o quadro depressivo. Como resultados, obtidos através das entrevistas com mães, indica-se que em relação à supervisão da família quando às atividades das crianças, há grandes diferenças, que, em geral, apontam que as famílias de crianças com depressão se mostram mais preocupadas e menos criteriosas quanto à organização das rotinas e das atividades escolares; enquanto que as famílias com crianças sem a sintomatologia não demonstram tanta preocupação, mas mais organização da rotina das crianças. Em relação ao envolvimento e ao suporte dos pais, conclui-se, neste artigo, que há poucas diferenças entre os grupos de crianças, sugerindo-se que ambas as crianças têm um ambiente familiar com interações adequadas entre os pais e os filhos.

Três artigos estudam os instrumentos diagnósticos da depressão infantil: são os artigos 5, 7 e 10. No Artigo 5 (2013), investiga-se sobre os sintomas da doença em

adolescentes escolares, através do Inventário de Depressão de Beck, ou BDI, desenvolvida por Beck e colaboradores em 1961. Em seus resultados, compreende-se que é possível levantar mais questões quanto à percepção da adolescência em cada faixa etária e por sexo, na ideia de que vivenciar a adolescência seja diferente para homens e para mulheres e que essa diferença pode influenciar na prevalência da doença na faixa etária estudada.

Já os artigos 7 e 10 investigam o Inventário de Depressão Infantil (CDI), em sua versão original (KOVÁCS, 1992) e em sua versão adaptada para a população brasileira (GOUVEIA *et al*, 1995). No Artigo 7 (2008), comparam-se as duas versões, através da aplicação dos instrumentos. Nesta análise, conclui-se que as variáveis sociodemográficas (sexo, idade, série e repetência escolar) são semelhantes, nas duas versões, mas que há uma diferença entre os dois instrumentos, na medida em que a versão original pareça ser “[...] mais sensível na identificação de crianças com sintomas de depressão” (ARTIGO 7, 2008, p. 583-584), devido à apresentação de melhores índices de consistência interna e de maior número de itens em comparação com a versão atualizada.

Já no Artigo 10 (2008), o CDI é analisado quanto aos seus parâmetros psicométricos, mas através da comparação entre as aplicações das duas versões do instrumento novamente. Aponta-se que o número de fatores encontrados é o mesmo, mas que estes diferem quanto ao conteúdo dos itens, demonstrando que há dificuldade de identificar os conteúdos e também problemas de nomeação e de interpretação. De acordo com o artigo, “[...] é possível constatar que o CDI pode ser um instrumento que possui condições de realizar o reconhecimento e a triagem de crianças com sintomas depressivos. Entretanto, a versão original do CDI apresentou um índice mais alto de consistência interna” (ARTIGO 10, 2008, p. 486).

O Artigo 12 (2013), com objetivo de discorrer sobre o conceito de depressão, suas tipologias e ocorrência na infância, compreende que os sintomas classificados nos instrumentos diagnósticos são específicos e também descritivos, mais do que são etiológicos. Também evidencia que os sintomas básicos do quadro depressivo são os mesmos em adultos, crianças e em adolescentes, mas que eles podem mudar de acordo com a idade.

Conclui-se, neste eixo de análise, que as temáticas encontradas, associadas em estudos sobre a depressão infantil, relacionam-se à escolarização na

consideração de determinados aspectos, a serem abordados no próximo eixo de análise:

- Prejuízo na socialização e no convívio social;
- Experiências negativas de aprendizagem e rendimento/desempenho escolar;
- Práticas violentas inerentes ao ambiente escolar (como o *bullying*) como fator de risco da doença;
- Consideração da condição de repetência escolar ou nível de escolaridade nas pesquisas;
- Escola como local da realização das pesquisas.

5.3. Como as produções científicas descrevem a relação entre a depressão infantil e suas implicações no ambiente escolar

Quanto a este eixo, são analisadas as formas como as produções científicas selecionadas descrevem a relação entre a depressão infantil e as suas implicações no ambiente escolar, considerando-se que possa ser entendida como questão de causa e efeito, ou através de termos médicos e orgânicos, ou se é atribuída a esta relação relevância ou não. Trata-se de compreender como a depressão tem sido vista, diagnosticada, analisada e interpretada dentro das escolas e dentro da aprendizagem; e também como a escola e a escolarização têm sido vistas ou relacionadas com a depressão infantil.

Retomamos os aspectos citados na finalização do último item de análise, com o intuito de mostrar como acontece a descrição da relação entre a depressão infantil e a escola nos artigos que são analisados nesta pesquisa, ao mesmo tempo em que exemplificamos como acontecem essas descrições através de trechos dos próprios textos, apresentados a partir de quadros, a seguir.

Quadro 6. Sobre o prejuízo na socialização e no convívio social.

ARTIGO	TRECHOS
2	"Em crianças e adolescentes, a depressão tem sido associada a comprometimentos no funcionamento cognitivo, familiar, psicossocial e emocional" (ARTIGO 2, 2011, p. 219).
3	"[...] deve-se ter como parâmetro três grupos de sintomas: os psíquicos [...]; os fisiológicos [...] e, por fim, os comportamentais (retraimento social) [...]" (ARTIGO 3, 2011, p. 114-115).
4	"Uma criança com sintomas depressivos pode apresentar alterações no funcionamento psicossocial e emocional, bem como sérios comprometimentos nas relações familiares" (ARTIGO 4, 2009, p. 88).

6	“Os sintomas depressivos em adolescentes são parecidos com os do adulto: [...] retraimento social” (ARTIGO 6, 2014, p. 410). “[...] o que a literatura aponta sobre as dificuldades dos adolescentes deprimidos em iniciar e manter relacionamentos interpessoais” (ARTIGO 6, 2014, p. 422).
7	“[...] a depressão traz uma série de prejuízos à vida diária da criança e do adolescente, prejudicando seriamente suas relações familiares e sociais” (ARTIGO 7, 2008, p. 275).
11	“[...] os adolescentes com depressão não apenas se queixam de tristeza, mas também de [...] prejuízos no convívio social” (ARTIGO 11, 2016, p. 339).

Nem todos os trechos são citados aqui no quadro, mas estes dados mostram que a depressão infantil está relacionada a prejuízos na socialização e no convívio social, que se configuram como sintomas e sinais de um quadro depressivo. Considerando-se que a escola se faz como um importante espaço social, construído e estruturado por relações humanas, sociais e culturais, compreende-se aqui que a depressão infantil causa problemas de socialização, que podem caracterizar um motivo para que se investigue a saúde do estudante, bem como a família ou outras instituições sociais podem fazer para que se realize o diagnóstico da doença. No entanto, isto pode nos fazer refletir e questionar sobre a ideia de que problemas de socialização encontrados nas crianças sejam, muitas vezes, associados a problemas orgânicos que o aluno possa ter, não sendo originados estes problemas de nenhum outro lugar, como a própria escola e pelas dificuldades de escolarização que se produzem e reproduzem no ambiente.

Patto (2012) fala sobre a escola, enquanto instituição que representa a sociedade e insere tanto o aluno quanto a sua família na lógica social da qual participa. Segundo a autora, esta demonstra um problema na sua função de instituição socializadora. Acontece que

[...] seus objetivos proclamados civilizadores pela disseminação do conhecimento científico e formadores da personalidade para o exercício da cidadania não estão presentes nas relações cotidianas que se estabelecem entre os educadores e alunos, seja porque os primeiros submetem e humilham os segundos [...], seja porque os segundos fazem o mesmo com os primeiros [...]. O individualismo, a violência e a frieza generalizados são um indício claro de que algo não vai bem com o projeto iluminista de formação para a autonomia do pensamento e o respeito pelo outro como detentor de direitos (PATTO, 2012, p. 147).

Diante deste trecho, podemos visualizar um contexto escolar no qual se manifestam alguns problemas que prejudicam as atividades desenvolvidas no interior da escola, de forma que são percebidos movimentos e práticas que estão em

desacordo com os princípios de autonomia, de democracia e de diálogo, e, conseqüentemente, de relações saudáveis.

Quadro 7. Sobre experiências negativas de aprendizagem e rendimento/desempenho escolar.

ARTIGO	TRECHOS
3	"Outras características próprias dos adolescentes com sintomatologia depressiva seriam o prejuízo no desempenho escolar" (ARTIGO 3, 2011, p. 115).
5	"[...] a depressão em adolescentes tem um significativo impacto no desempenho escolar, podendo prejudicar a concentração e o desempenho cognitivo" (ARTIGO 5, 2013, p. 357-358).
7	"Normalmente, a depressão, na infância, vem associada à baixa auto-estima, ao isolamento social, à queda no rendimento escolar" (ARTIGO 7, 2008, p. 575-576).
9	"Crianças sob estresse, que tenham vivido experiências ruins ou que tenham distúrbios de atenção, aprendizagem, conduta ou ansiedade, têm grandes riscos para depressão" (ARTIGO 9, 2016, p. 865). "Ainda, a depressão pode influenciar no desempenho escolar na medida em que prejudica autoeficácia da criança, ou seja, [...] a criança não consegue acreditar no próprio desempenho, tendendo a apresentar rendimento acadêmico ainda mais baixo" (ARTIGO 9, 2016, p. 865).
12	"Alguns sintomas comuns nesta faixa etária são: [...] decadência escolar" (ARTIGO 12, 2013, p. 128).

A respeito deste aspecto, bem pouco é encontrado em relação à depressão infantil e à aprendizagem e ao rendimento e desempenho escolar. Nestes trechos, percebe-se que a depressão causa efeitos negativos no desempenho escolar, seja devido à falta de concentração e ao prejuízo do desempenho cognitivo, ou devido à baixa autoestima da criança, causando sua desmotivação e desesperança em relação ao estudo. De forma geral, os trechos revelam que o baixo desempenho escolar é um sintoma da depressão, ou seja, um fator a ser influenciado pela doença. Apenas o Artigo 9 (2016) considera que também há possibilidade de outro tipo de relação entre esses aspectos, na ideia de que dificuldades escolares possam também influenciar e ocasionar a depressão infantil.

Elaboramos um outro quadro, referente às práticas violentas inerentes ao ambiente escolar, vistas como fator de risco da depressão infantil nas pesquisas:

Quadro 8. Sobre as práticas violentas inerentes ao ambiente escolar como fator de risco da doença.

ARTIGO	TRECHOS
1	"[...] compreende-se o <i>bullying</i> como um fenômeno prevalente no âmbito escolar, com implicações nocivas aos envolvidos, podendo apresentar efeitos negativos desde a forma de o adolescente perceber esse fenômeno, bem como o surgimento de problemas na saúde mental dos envolvidos, como, por exemplo, sintomas depressivos" (ARTIGO 1, 2018, p. 145).
11	"De acordo com Silva (2010), a sintomatologia depressiva está presente nas conseqüências que o <i>bullying</i> acarreta às vítimas, bem como àquelas que assistem à violência e o próprio agressor. Além disso, compreende-se que um ambiente escolar com

	forte presença da violência provoca tensão nos escolares, por conseguinte desgaste da saúde física e emocional” (ARTIGO 11, 2011, p. 347).
--	--

Estes dois artigos são os únicos a apresentar a visão de que existe a possibilidade de um ambiente escolar, de caráter violento, poder acarretar prejuízos à saúde dos alunos, dessa vez, em forma da depressão infantil. Considera-se que vivenciar ou participar de situações e práticas constrangedoras e agressivas como o *bullying*, podem causar nos alunos, como fator de risco, uma sintomatologia depressiva. A partir desta ideia, pode-se questionar sobre a pouca quantidade de contribuições científicas que considerem que o ambiente escolar tenha processos, características, particularidades e dinâmicas que possam produzir efeitos negativos nos alunos. E porque não em outros participantes de seu espaço, como professores e outros funcionários?

Patto (2012, p. 93) chama a atenção para o modo como as normas ditam os comportamentos no contexto escolar, de maneira que o que é tido como fora da normalidade, fundamentada pela disciplina, toma forma de patologias e problemas que “[...] incrementam, assim, o montante das queixas escolares, estendendo o rol da responsabilização das crianças e de suas famílias pelos seus infortúnios, como a hiperatividade e o bullying”. A questão é que se acontecem estes problemas dentro do espaço escolar e a partir do seu ingresso na escola, é necessário que se pondere a relação educativa em questão, diante de sua qualidade, e também as metas e expectativas requeridas pelo governo à educação.

A respeito da consideração da condição de repetência escolar ou nível de escolaridade nas pesquisas, elaboramos um outro quadro:

Quadro 9. Consideração da condição de repetência escolar ou nível de escolaridade nas pesquisas.

ARTIGO	TRECHOS
1	“Dos alunos do ensino médio, 26,5% eram do 1º ano; 18,1% do 2º ano; e 11,9% do 3º ano. Quanto aos alunos do fundamental, 12,3% eram do 8º ano e 30,5%, do 9º ano” (ARTIGO 1, 2018, p. 145).
2	“[...] estudantes de 3ª e 4ª série do ensino fundamental de uma escola pública da cidade de Campinas” (ARTIGO 2, 2011, p. 220).
3	“Como critérios de inclusão dos participantes na constituição da amostra estabeleceram-se: (a) que os participantes deveriam aceitar participar do estudo, (b) cursar do primeiro ao terceiro ano do ensino médio” (ARTIGO 3, 2011, p. 116).
7	“A amostra foi composta de 169 crianças de 3ª série (N=69), 4ª série (N=69) e de 5ª série (N=31) do ensino fundamental” (ARTIGO 7, 2008, p. 578) “Quando à história escolar, a maioria dos alunos (73%) não havia repetido nenhuma série anterior, e 26% da amostra já havia passado por uma experiência de repetência escolar” (ARTIGO 7, 2008, p. 578).
11	“A pesquisa contou com 204 estudantes, desses, 53,4% do sexo feminino, de escolas públicas que cursavam o Ensino Fundamental II (N=76) ou o Ensino Médio (N=128) regular” (ARTIGO 11, 2016, p. 341).

Nem todos os trechos dos artigos estão colocados no quadro, mas estes servem como exemplo de como todas as crianças as quais participaram do estudo são referidas como alunos, estudantes ou escolares. Não como crianças, simplesmente; mostrando a importância dada a consideração dos níveis de escolaridade das crianças, em detrimento de outros âmbitos da vida dos participantes. Revela-se também como dado importante as séries de ensino as quais elas frequentam e também o histórico de repetência escolar. Isto nos faz pensar sobre como se fala sobre a escola, sobre alunos e sobre níveis de escolaridade, sem que se aborde realmente a escola em si e seus atores sociais, sua estrutura, as relações sociais que a compõem, as práticas pedagógicas, as práticas educacionais etc. Não deveriam ser analisadas nas pesquisas?

Comentado [A1]: Anuncie o quadro.

Elaboramos um último quadro, em relação à consideração da escola, como local em que se realizaram as pesquisas, percebendo-se que não se citam as escolas de outras maneiras, aparentemente.

Quadro 10. Escola como local da realização das pesquisas.

ARTIGO	TRECHOS
1	"A aplicação da pesquisa foi realizada de forma coletiva, nas dependências da instituição escolar" (ARTIGO 1, 2018, p. 141).
6	"[...] a coleta ocorreu nas salas de aula, de forma coletiva, conduzida pela pesquisadora e na presença do professor de cada sala" (ARTIGO 6, 2014, p. 416).
10	"A aplicação do CDI foi realizada em pequenos grupos de, no máximo, quatro crianças e em apenas uma única entrevista conduzida durante o horário escolar" (ARTIGO 10, 2008, p. 478).

Nem todos os trechos estão apresentados neste quadro, mas, com exceção de 2 artigos (ARTIGO 8 e ARTIGO 12) – os quais se tratam de revisões bibliográficas –, todas as pesquisas foram feitas dentro da instituição escolar, seja dentro das salas de aulas as quais os alunos pertencem ou em outras salas. Compreende-se que a realização de pesquisas com crianças e adolescentes se torna mais fácil, se dentro do espaço escolar; afinal, é onde se encontram em período integral ou não, mas durante todos os dias. No entanto, deve-se pensar que, às vezes, esta é a única forma a partir da qual a escola ou a instituição escolar é mencionada nas pesquisas que obtém como participantes crianças em fase escolar.

A respeito destes dados e de acordo com o objetivo deste eixo de análise, compreende-se que as relações entre a depressão infantil e a escola são descritas de

forma pouco abrangente e aligeirada. Supõe-se também que insuficientemente, pois compreender os aspectos circunscritos ao ambiente escolar e à instituição local das crianças que participaram das pesquisas; provavelmente se faria importante, relevante e indispensável, na medida em que se considera o ambiente escolar como espaço em que as crianças e os adolescentes passam a maior parte de seus dias, e através do qual estabelecem grande parte das relações sociais e atividades adequadas e definidas, socialmente, para suas idades e faixas etárias de desenvolvimento.

5.4. Existência de contribuições científicas que considerem em que medida a escola pode promover e/ou prevenir sintomas depressivos

Em relação a este eixo, analisa-se em que medida os artigos consideram a possibilidade de a escola promover, prevenir ou agravar sintomas depressivos em seus alunos, através do processo de escolarização ou da dinâmica e outras relações inerentes ao ambiente escolar.

Estão excluídas, de acordo com o que se analisa nos artigos, as dimensões culturais e políticas dos alunos e das relações entre a depressão infantil e a escola; de forma que se diminui a criança em suas dimensões biológicas e físicas, sendo abordada a dimensão social em forma de estereótipos. Privilegia-se, assim, a visão que considera a criança como portadora de um defeito ou uma anormalidade biológica, capaz de interferir em seus relacionamentos sociais e em seu desempenho escolar, por uma infelicidade sua de possuir a sintomatologia. Segundo Patto (1981, p. 12),

As crianças que têm problemas de comportamento, especialmente as crianças que são difíceis de lidar, e portanto perturbam a rotina na sala de aula, são normalmente consideradas como emocionalmente perturbadas ou como 'portadoras' de problemas. Geralmente, nada é feito no sentido de examinar as condições sob as quais a criança 'tem' seus problemas, a fim de determinar se as condições, mais do que a criança, contribuem para os problemas observados. Para o psicólogo escolar, [...] a criança que está apresentando problemas de comportamento contém dentro dela mesma a causa dos problemas, assim como a fonte potencial para sua resolução.

Cabe ressaltar, no entanto, que alguns dos artigos analisados compreendem e sugerem que haja medidas de prevenção e conscientização sobre a depressão infantil, por parte da escola, a fim de comunicar pais, alunos e professores a respeito da doença e de seu diagnóstico e tratamento; como se vê nos exemplos abaixo.

Compreendendo que o *bullying*, como fenômeno prevalente no ambiente escolar, colabora com o surgimento de sintomas depressivos, o Artigo 1 (2018), argumenta que existe a importância de estudos acerca do fenômeno e de suas implicações psicossociais, tendo em vista a prevenção e a promoção da saúde no contexto escolar. Ademais, considera que

[...] um ambiente ideal para adequação aos processos de aprendizagem escolar e desenvolvimento social das crianças e adolescentes. Esse cenário se opõe, caso o ambiente seja desfavorável, cedendo lugar para agressividade, sentimento de incapacidade e comportamentos antissociais (ARTIGO 1, 2018, p. 153).

Já de acordo com o Artigo 2 (2011), entende-se que há necessidade de implementação de programas de intervenção, que sejam conduzidos no ambiente escolar com a participação de todos os alunos, a fim de que haja “[...] consequências positivas, no sentido de reduzir a prevalência de sintomas depressivos e melhorar as estratégias de regulação emocional, repercutindo no bem-estar psicológico dos alunos” (ARTIGO 2, 2011, p. 225).

Compreendemos, segundo estes exemplos, que há na escola o papel ou a função social de informar e discutir sobre a saúde dos alunos, buscando entender e lidar em relação aos sintomas depressivos. Há, portanto, a contribuição de 2, dos 12 artigos, que consideram que a escola pode promover, prevenir ou agravar sintomas depressivos, de forma breve e superficial, pouco citada. Mas isto em relação ao papel da instituição de promover programas e projetos de conscientização sobre problemas que assolam o contexto escolar; não de forma a relacionar a depressão infantil, e, inclusive, outros fenômenos sociais e psicológicos, com o processo de escolarização e com a dinâmica e as relações sociais existentes no ambiente escolar.

Atentamos para a cautela de não reduzir, nas pesquisas, a escola a um espaço em que se percebem sinais que podem indicar sintomas depressivos, também um espaço que não reflete sobre sua própria estrutura e organização, bem como de sua dimensão política e cultural, a fim de que venha se renovar e se repensar em favor da

diminuição da prevalência do transtorno depressivo; no limite de suas necessidades, responsabilidades e atribuições.

A respeito das responsabilidades e medidas a serem tomadas diante dos casos de problemas e de doenças que surjam no ambiente escolar, Patto (2012), compreende que ao mesmo tempo em que se deve encaminhar os alunos que têm problemas, deve-se entender também que, dentro da sala de aula, não importando a natureza dos problemas, as crianças são da responsabilidade do professor. Isso quer dizer que não é porque um aluno está sendo encaminhado a outro profissional ou já tem um tratamento de ordem diferente da natureza pedagógica ou educativa, que o professor não deve julgar criticamente suas próprias ações.

Apontamos, por fim, para uma atividade constantemente crítica da escola, que considera seus participantes e também o que se integra no cotidiano escolar e nas práticas educacionais e pedagógicas. Deve-se pensar no poder existente na sociedade e na escola que opera em seu interior; poder este que

[...] para não ser questionado, não pode ouvir a crítica filosófica quanto ao conhecimento hegemônico de cientificidade e pela Psicologia que tem em seu cerne compromissos políticos conservadores – ou seja, que participam das relações de poder ao justificarem a exploração e a desigualdade inerentes ao modo de produção em vigor (PATTO, 2012, p. 19).

5.5. Apontamentos sobre as relações entre a depressão infantil e a escola encontradas na análise

De acordo com a análise dos artigos, realizada através dos eixos norteadores já citados, compreendemos que parece que as produções científicas sobre a escola estão permeadas por relações de poder que acabam por adentrar seu espaço de forma a incorporar, nas relações pedagógicas e escolares, pensamentos e ideias, da área da psicologia, construídas por forças ideologizantes, naturalizantes e deterministas.

Segundo Patto (1984, p. 203),

[...] a simples introdução de novas técnicas no terreno institucional [...] pode ser nociva, pois acaba por funcionar como uma simples camuflagem dos reais problemas existentes. No âmbito escolar, por exemplo, a prática tão frequente de introduzir técnicas de

psicomotricidade como instrumento auxiliar na recuperação dos alunos que apresentem dificuldades de aprendizagem de leitura e escrita, tem como consequência confirmar a versão oficial de que as dificuldades encontram-se somente no aluno e foram geradas por suas condições familiares pregressas, ou a versão duvidosa dos testes de que essas crianças são portadoras de distúrbios psicomotores; desta forma, ocultam o papel simultaneamente discriminatório e justificador da escola, do ensino e dos próprios testes psicológicos, sob uma aparente neutralidade e cientificidade.

Se, na escola, é necessário que a psicologia, bem como outras áreas do conhecimento, adentre o espaço escolar a fim de auxiliar na compreensão do desenvolvimento humano e nos diagnósticos e nas resoluções de problemas que não têm natureza pedagógica, aponta-se que para a necessidade de uma visão psicológica que, como disse Patto (1984), embora focalize seus estudos em processos psíquicos, possa visualizar e refletir sobre a totalidade social que lhe dá sentido; num esforço político, em compromisso com a transformação da estrutura social vigente, e não com a sua conservação.

Ademais, compreende-se que a escola deve repensar suas práticas, e devem também ser considerada nos estudos sobre a depressão infantil e/ou outros transtornos que prejudiquem a saúde e qualidade de vida de seus envolvidos; de forma que nos afastemos de uma educação para a adaptação à sociedade, longe dos princípios e direitos humanos, que dispensa o pensamento, a reflexão e a criticidade. Funcionando, assim, como instrumento de exploração, opressão e conservação de uma sociedade ligada a um aparato repressivo, violento e disciplinador; no momento em que se forma uma escola controladora e objetivamente ambiciosa, e, conseqüentemente, capaz de formar pessoas com estas mesmas características.

Chamamos a atenção, em nossas análises, para o que parece ser uma realidade preocupante, de pesquisas que relacionam a depressão infantil apenas de ordem biológica e psicológica; considerando isto como suficiente. Mas nossa preocupação se volta realmente para o modo como a escola tem lidado com seus alunos depressivos, que representam índices desesperadores e crescentes. Destacamos que o objetivo destas análises não se refere ao estudo da escola em relação à depressão infantil, mas sim ao modo como esta está representada, considerada e citadas nos estudos sobre a doença, de acordo com o que se tem falado sobre a escola nas produções científicas analisadas. Mas ainda assim, podemos pensar em alguns questionamentos: Como esta escola tem lidado com a depressão?

Como esta escola tem se comprometido com a possibilidade de tornar-se um ambiente confortável, seguro, saudável e não violento? Quais são as relações pessoais e sociais existentes dentro da instituição que não se apresentam agressivas, controladoras, homogeneizantes e exploradoras? Quais os pressupostos que têm guiado estas relações e as dinâmicas escolares? Estão longe da visão naturalizante, psicométrica e determinista? Quais são as implicações pedagógicas a serem consideradas na relação entre a depressão infantil e a escola? Quais variáveis extraescolares têm influenciado o cotidiano escolar e as práticas pedagógicas?

De acordo com Patto (1984, p. 22), as variáveis extraescolares têm influenciado a escola de modo que “[...] já não permitem, assim, que a escola seja pensada em função de um aluno ideal ou de uma população indiferenciada. Contudo, a atenção concentrada inteiramente nesses aspectos pode conduzir a uma confortável atitude de passividade diante dos sistemas escolares vigentes”.

Por fim, diante dos artigos analisados, que demonstram pesquisas sobre a depressão infantil – fenômeno que tem se inserido dentro das escolas -, consideramos, com as palavras de Patto (2010), que, muitas das vezes, o que tem acontecido e se evidencia na literatura acadêmica é que há práticas que

[...] alheias à participação ativa da instituição escolar na produção das dificuldades de escolarização, estabelecem relações de causa e efeito no mínimo duvidosas entre, de um lado, dados de anamnese e resultados obtidos pelas crianças em testes psicológicos e, de outro, o comportamento que elas exibem na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tem como objetivo investigar como a depressão infantil no ambiente escolar é debatida na literatura acadêmica nos últimos dez anos (2008-2018), e, para isso, buscamos identificar as temáticas abordadas nas revistas da área da educação e da psicologia sobre a depressão infantil em relação à escolarização; analisar como as produções científicas descrevem a relação entre a depressão infantil e suas implicações no ambiente escolar; e averiguar a existência de contribuições científicas que consideram em que medida a escola pode promover e/ou prevenir sintomas depressivos.

Nossa análise acontece à luz das contribuições de Maria Helena Souza Patto (1977, 1981, 1984, 1996, 1997, 2010, 2012), que se manifestam como críticas à psicologia, e em específico, à psicologia escolar; a qual se sustenta por conhecimentos e dispositivos que investigam diversos temas de preocupação social como a depressão infantil, por exemplo. Nosso interesse pelas relações entre a depressão infantil e suas implicações pedagógicas se deve à nossa visão de que a doença tem ocupado um crescente e alarmante lugar na sociedade, inclusive, dentre as crianças e os adolescentes.

Como educadores, compreendemos que a escola representa uma instituição a qual se faz presente na vida dos indivíduos por um considerável e significativo período de tempo. Também consideramos que a escola tem um papel fundamental na formação do indivíduo de nossa sociedade – a mesma sociedade a qual se encontra cada vez mais adoecida mental e emocionalmente. Por isso, buscamos analisar como a escola, enquanto espaço de discussões sociais, políticas e culturais, tem lidado com a depressão infantil e seu índice crescente entre os seus principais usuários; através do que se tem falado e se produzido na literatura acadêmica, durante os últimos dez anos.

Como resultado, percebemos, nos artigos, que a escola e os assuntos escolares, pedagógicos e educacionais não são sempre considerados nas pesquisas referentes à depressão infantil; e que as relações encontradas entre a doença e as implicações pedagógicas são descritas de forma que se identifique uma tendência da escola em manifestar a violência e o individualismo das relações sociais e dos contextos do ambiente escolar.

O modo como se investigam os problemas escolares e as doenças que surgem na escola se mostram naturalizantes e deterministas, sendo as causas sempre originadas fora da escola, conduzindo-se à tendência conformista das vivências oportunizadas na escola. As visões de psicologia que adentram o espaço escolar manifestam padrões psicométricos e padrões de normalidade, os quais revelam as intenções ideologizantes oriundas das classes dominantes e seus interesses, através do poder e da autoridade entregue à psicologia, em nome de sua aparente cientificidade e neutralidade.

Neste cenário, encontra-se o aluno, tido como portador de um problema o qual nele mesmo se encontram as causas e as soluções, se existentes. Desta forma, estabelece-se a escola e a psicologia que parecem estar isentas de causar problemas ou de prevenir ou evitar sintomas ou sofrimentos nos participantes de sua própria dinâmica; mas, antes de tudo, inquestionáveis.

Consideramos e repetimos que a escola deve sempre se repensar, e, neste exercício, deve-se pensar na possibilidade de, como disse Patto (2010, p. 163), “[...] trabalhar as relações intersubjetivas na escola, de modo a poder superar estereótipos e preconceitos inscritos no seu cotidiano”. Para tanto, é necessário que haja a circulação de discursos e conhecimentos sobre os problemas e as questões que podem interferir ou incomodar a dinâmica escolar; de modo que se interprete, se analise, se discuta e se escute os sentidos e significados produzidos e reproduzidos dentro e fora da escola. Compreendemos como necessário o maior incentivo ao estudo científico e as pesquisas sobre a depressão infantil, bem como de outras doenças ou problemas que prejudicam a saúde dos envolvidos escolares, que tenham compromisso com a atividade científica e com o estudo de diversos fatores e dimensões sobre a doença.

Para que isso aconteça deve-se considerar o aluno, bem como os outros participantes da vida escolar, como sujeitos, aos quais não se busca controlar ou se diagnosticar por dimensões puramente biológicas, como objetos, coisificando-os. Deve-se ter em mente que ao tratarmos pessoas assim, também ensinaremos e daremos exemplo de como estas tratarão e respeitarão (ou não) os demais. Trata-se de pensar na sociedade que formamos.

Prezamos, como argumenta Patto (2010, p. 178), por uma atitude psicológica de, em nossa ação educativa,

[...] superar um uso restrito e distorcido [...] para fins de gestão dos riscos sociais, como também para mostrar um caminho fértil de contribuição do psicólogo à transformação da escola, nas condições históricas atuais, em lugar social de máxima resistência possível à aceitação impensada do que é tido como certo.

Finalizamos nossas considerações, na tentativa de encorajar novos esforços científicos e educacionais, em favor da escola e de seus atores sociais – que, mesmo adoecidos, podem se mover contra a correnteza de poderes e de forças dominantes – com o trecho final de um dos livros de Patto (2010, p. 189):

Não se trata de dar receitas de felicidade, encaminhar o indivíduo aos espaços de diversão, como o fazem os livros de autoajuda, os mais recentes colaboradores na produção social do indivíduo mutilado; ao contrário, é na relação do indivíduo com a mutilação que pode estar a saída: negada a amputação, o indivíduo sobrevive na impotência; identificada, ela provocará sofrimento insuportável que poderá alimentar a crítica e a ação transformadora.

Dois versos de Hölderlin resumem isso com perfeição:

Mas onde habita o perigo

Aí desponta a salvação.

REFERÊNCIAS

ALISSON, E. Depressão deve ser prevenida a partir da infância, dizem especialistas. **Exame**. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/ciencia/depressao-deve-ser-prevenida-a-partir-da-infancia-avaliam-especialistas/>> Acesso em: 11 abr. 2019.

ALMEIDA, M de S. A metodologia da pesquisa. In: ALMEIDA, M de S. **Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese**: uma abordagem simples, prática e objetiva. 2. ed. São Paulo: Atlas, p. 24-38, 2014.

BARBOSA, F. de O.; MACEDO, P; C. M.; SILVEIRA, R. M. C. da. Depressão e o suicídio. **Rev. SBPH**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 233-243, jan./jun. 2011.

BATISTA, J. B. V.; CARLOTTO, M. S.; MOREIRA, A. M. Depressão como Causa de Afastamento do Trabalho: Um Estudo com Professores do Ensino Fundamental, **Psico**, Porto Alegre, PUCRS, v. 44, n. 2, p. 257-262, abr./jun. 2013.

GIACOMO, F. di; MARQUES, T. O estigma enfrentado nas periferias pelas pessoas com depressão: 'Pobre não pode se dar ao luxo de não sair da cama'. **BBC News Brasil**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-44400381>>. Acesso em: 11 abr. 2019.

CALDEARO, R. S. dos S.; CARVALHO, C. V. de. Depressão na infância: um estudo exploratório. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 181-189, mai./ago. 2005.

CARMO, A. L. do.; SILVA, A. P. B. da., Depressão infantil: uma realidade presente na escola. **Nucleus**, v.6, n.2, p. 333-344, out. 2009.

CHAUÍ, Marilena Souza. O discurso competente. In: CHAUÍ, Marilena Souza. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 3-13.

CRUVINEL, M.; BORUCHOVITCH, E. Depressão infantil: uma contribuição para a prática educacional. **Psicologia Escolar e Educacional [online] (Impr.)**, Campinas, 7, n. 1, p. 77-84, jun. 2003.

CRUVINEL, M.; BORUCHOVITCH, E. Sintomas depressivos, estratégias de aprendizagem e rendimento escolar de alunos do ensino fundamental. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 9, n. 3, p. 369-378, set./dez. 2004.

FARJADO, V. Os sinais que podem identificar depressão nos adolescentes. **BBC News Brasil**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-46965090>> Acesso em: 11 abr. 2019.

FERNANDES, A. M.; MILANI, R. G. A. Depressão Infantil, o Rendimento Escolar e a Autoeficácia: uma revisão da literatura. **Revista Cesumar - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, v. 15, n. 2, p. 381-403, jul./dez. 2010.

G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO. **Depressão cresce no mundo**, segundo OMS; Brasil tem maior prevalência da América Latina. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/noticia/depressao-cresce-no-mundo-segundo-oms-brasil-tem-maior-prevalencia-da-america-latina.ghhtml>> Acesso em: 11 abr. 2011.

HUTTEL, J. *et al.* A depressão infantil e suas formas de manifestação. **Psicol. Argum.**, Curitiba, v. 29, n. 64, p. 11-22, jan./mar. 2011.

KAMERS, M.. A fabricação da loucura na infância: psiquiatrização do discurso e medicalização da criança. **Estilos clin.** São Paulo, v. 18, n. 1. p. 153-155, jan./abr. 2013.

KUPFER, M. C. M., O sujeito na psicanálise e na educação: bases para a educação terapêutica. **Educação e Realidade**, v. 35, p. 265-282, 2010.

LIMA, T. C. S. de L.; MIOTO, R. C. T. **Revista Katál.** Florianópolis, v. 10, n. esp, p. 37-45, 2007.

LUNA, S. V. de. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2009.

MINAYO, M. C. de S. (Orgs.). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOYSÉS, M. A. A.; COLLARES, C. A. L. O lado escuro da dislexia e do TDAH. In: FACCI, M. G. D.; MEIRA, M. E. M.; TULESKI, S. C. (Orgs.) **A exclusão dos incluídos**: uma crítica da psicologia da educação à patologização e medicalização dos processos educativos. Maringá: EDUEM, p. 133-196, 2011.

MONTENEGRO, E. Maísa diz que está triste e depressão vira tema de debate no Twitter. **Metrópoles**. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/saude/maisa-diz-que-esta-triste-e-depressao-vira-tema-no-twitter>> Acesso em: 11 abr. 2019.

MOREIRA, V.; TELLES, T. C. B. Experiências do estigma na depressão: um estudo transcultural. **Psico-USF**, v. 13, n. 2, p. 233-241, jul./dez. 2008.

O GLOBO. **Instagram oferece ajuda para usuários com ansiedade e depressão**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/instagram-oferece-ajuda-para-usuarios-com-ansiedade-depressao-23533674>>. Acesso em: 11 abr. 2019.

PATTO, M. H. S. **Privação Cultural e Educação Pré-Primária**. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1977.

PATTO, M. H. S. **Introdução à psicologia escolar**. São Paulo: T. A. Queiroz, v. 1, 1981.

PATTO, M. H. S. **Psicologia e ideologia**: uma introdução crítica à psicologia escolar. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T. A. Queiroz, reimpressão, 1996.

PATTO, M. H. S. Para uma crítica da razão psicométrica. **Psicologia USP**. São Paulo, v. 8, n. 1, p. 47-62, 1997.

PATTO, M. H. S. **Exercícios de indignação**: escritos de educação e psicologia. 2 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

PATTO, M. H. S. **Formação de psicólogos e relações de poder**: sobre a miséria da psicologia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.

ROSA, N. F. *et al.* As emoções em modo avião: a depressão provocada pelas tecnologias de informação e comunicação (TICs). **Humanae**, v. 13, n. 1, p. 1-14, 2019.

TUHLINSKI, C. Ansiedade e depressão: campanha pretende aumentar empatia entre as pessoas. **O Estado de S. Paulo**. Disponível em: <<https://emails.estadao.com.br/noticias/bem-estar,ansiedade-e-depressao-campanha-pretende-aumentar-empatia-entre-as-pessoas,70002763217>>. Acesso em: 11 abr. 2019.

TUHLINSKI, C. Depressão será a doença mental mais incapacitante do mundo até 2020. **O Estado de S. Paulo**. Disponível em: <<https://emails.estadao.com.br/noticias/bem-estar,depressao-sera-a-doenca-mental-mais-incapacitantes-do-mundo-ate-2020,70002542030>>. Acesso em: 11 abr. 2019.

ZANELLA, A. V.; MOLON, S. I. Psicologia (em) contextos de escolarização formal: das práticas de dominação à (re)invenção da vida. **Contrapontos**: Itajaí, v. 7 - n. 2. p. 255-268, mai./ago. 2007.

FONTES CONSULTADAS

ARGIMON *et al.* Intensidade de sintomas depressivos em adolescentes através da escala de depressão de beck (BDI-II). **Bol. Acad. Paulista de Psicologia**. São Paulo, v. 33, n. 85, p. 354-372, 2013.

CAMPOS, J. R.; DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P.. Depressão na adolescência: habilidades sociais e variáveis sociodemográficas como fatores de risco/proteção. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 408-428, 2014.

CAVALCANTI, J. G. *et al.* Vitimização e Percepção do Bullying: Relação com a Sintomatologia Depressiva de Adolescentes. **Revista de Psicologia da IMED**. Passo Fundo, v. 10, n. 1, p. 140-159, jan./jun. 2018.

COLAVITE J. *et al.* Depressão: crianças também sofrem com essa doença. **Psicólogo Informação**. São Paulo, ano 17, n. 17, p. 123-131, jan./dez, 2013.

COUTINHO *et al.* Relação entre depressão e qualidade de vida de adolescentes no contexto escolar. **Psicologia, Saúde & Doenças**. Lisboa, v. 17, n. 3, p. 338-351, dez. 2016.

CRUVINEL, M.; BORUCHOVITCH, E.; SANTOS, A. A. A.. Inventário de Depressão Infantil (CDI): Análise dos parâmetros psicométricos. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 20, n. 2, p. 473-490, jul./dez. 2008.

CRUVINEL, M.; BORUCHOVITCH, E.. Sintomas Depressivos em Crianças: Estudos com duas Versões do CDI. **Psicologia, Ciência e Profissão**. Brasília, v. 28, n. 3, p. 574-585, 2008.

CRUVINEL, M.; BORUCHOVITCH, E. Sintomas de Depressão Infantil e Ambiente Familiar. **Psicologia em Pesquisa**, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 87-100, jun. 2009.

CRUVINEL, M.; BORUCHOVITCH, E. Regulação emocional em crianças com e sem sintomas de depressão. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 16, n. 3, p. 219-226, set./dez. 2011.

DAMIÃO N. F. *et al.* Representações sociais da depressão no ensino médio: um estudo sobre duas capitais. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 114-124, jan./abr. 2011.

RODRIGUES I. O. *et al.* Sinais preditores de depressão em escolares com transtorno de aprendizagem. **Revista CEFAC**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 864-875, jul./ago. 2016.

THIENGO, D. L.; CAVALCANTE, M. T.; LOVISI, G. M.. Prevalência de transtornos mentais entre crianças e adolescentes e fatores associados: uma revisão sistemática. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 63, n. 4, p. 360-372, out./dez. 2014.